

Revista  **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 324
2024



EXPEDIENTE

Jul a Set ▪ 2024

Presidente

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Imagem de capa:
Aeronaves de caça
F8 Gloster Meteor
na linha de pista da
BASC.



Fotografe o código
abaixo para ler esta
revista, fazer *download*
e/ou compartilhar as
edições anteriores.



ISSN 0486-6274

SEDE CENTRAL

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200
• PABX (21) 2210-3212
Terça-feira a sexta-feira,
das 8h às 12h e das 13h às 17h

Superintendente

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Diretor Administrativo

Cel Int Carlos Alberto Macedo de Brito

Diretor de Contratos

Ten Cel Esp Sup Evandro José Barros Leite

Diretor Beneficente e Secretário-Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretora de Comunicação Social

Cecília Ferreira

SEDE BARRA

Av. Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100
• (21) 3325-2681
Terça-feira a domingo, das 9h às 17h30

Superintendente

Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

Diretor Desportivo

Cel Inf Pedro Celso Gagliardi Palermo

Diretor Aerodesportivo

Cel Av William Cristovam

Assessores

Social – Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro
Financeiro – Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos
Administrativo e Pessoal – Cel Av Luiz dos Reis Domingues
Ass. da Superintendência – Cel Av Antônio Paulo Monteiro de Miranda

SEDE LACUSTRE

Estrada da Figueira, nº 1
CEP: 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ
Tel.: (21) 98849-8886 (21) 2210-3212 opção 5

Superintendente

Cap Esp Met José Renato do Nascimento

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente – Ten Brig Ar Paulo Roberto
Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente – Maj Brig Int Manoel José
Manhães Ferreira

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores do Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691

revista@caer.org.br

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo
Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Design Editorial

Núbia Santos

Revisão

Lara Alves

Administrativo

Matheus Martins

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

SUMÁRIO

3

Mensagem do Presidente

Marco Antonio Carvalho Perez

Maj Brig Ar

28

A Federação Brasileira e Alguns Movimentos Insurrecionais...

Ives Gandra Martins

Jurista

8

A Renúncia de Jânio Quadros e os Acontecimentos na...

Luis Cláudio Palma Pereira

Engenheiro

31

Liberalismo, Igualdade e Equidade

Marco Maciel

In Memoriam

14

A Queda dos Dominós

Renato Paiva Lamounier

Cel Av

32

Cartas de um Piloto de Caça

Heloisa Rocha Pires

18

Em Face das Ameaças Externas, Embraer Decola...

Viviane Vaz

Jornalista

34

Que Recordação... O ano, 1959

Guy Ubirajara Meyer

Ten Cel QEM Veterano do EB

20

Amazônia – A maior Fronteira Mineral do Mundo

Aldo Rebelo

36

Qualidade e Inovação

Mauriti Maranhão

Engenheiro

23

FINEP

Foguete de decolagem para veículo hipersônico

42

Transformação Tecnológica...

Hugo Moura

Cel Av

24

Guerra Híbrida: O confronto Entre os Pontos de Vista...

Raphael Corrêa Silva

Cap de Mar e Guerra

44

Forças de Operações Especiais na FAB...

Cel Int Ubirajara da Silva Ramos

Cel Av Luiz Fernando Póvoas da Silva





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros leitores, civis e militares:
O fim da Primavera chegou. O ano está passando muito rápido! Esta edição da nossa Revista Aeronáutica, particularmente, está bastante interessante e com um peso bem grande!

Recebemos de nossos colaboradores excelentes artigos relatando a nossa história e momentos bem vividos, a quem agradecemos bastante!

Concito a todos a assistirem o documentário do Pensamento Brasileiro e Aeronáutico na plataforma YouTube, com várias e excelentes palestras de grandes personalidades, civis e militares, patrocinado pela Diretoria Cultural do nosso Clube, na pessoa do seu Diretor, o Cel. Araken.

Aproxima-se o Verão, a estação predileta da maioria dos brasileiros. Aproveitemos todos, dos prazeres das praias e do Sol, com a devida atenção à adequada hidratação!

Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!
Excelente leitura a todos!

Maj. Brig R1 Marco Antonio Carballo Perez.
Presidente do Clube de Aeronáutica

CAER lança série documental sobre o Pensamento Brasileiro e Aeronáutico



Cel Araken



Cel Balbi



Cel Bergamo



Fernando Bicudo



T Brig Mendes



Cel Osvaldo



O Clube de Aeronáutica, fundado em 1946, cinco anos após a criação do Ministério da Aeronáutica, localizado às margens da Baía de Guanabara, próximo à cabeceira da pista do aeroporto Santos Dumont, faz parte de um corredor cultural do Centro do Rio, como o Museu Histórico Nacional, o Paço Imperial, o Museu Nacional de Belas Artes, o Centro Cultural do Banco do Brasil, o Centro Cultural dos Correios e o Museu de Arte Moderna.

Desde seu primórdio, os oficiais da aeronáutica pensaram o Brasil, fruto da especificidade da arma aérea que, por sua capacidade de mobilidade e penetração em todo o território nacional, possibilitaram aos pilotos conhecerem os problemas do interior do país e atuarem em prol da integração nacional.

Em 2006, a criação do Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro e, em 2020, o do Pensamento Aeronáutico pelo Departamento Cultural, ambos sob a orientação do seu diretor, Cel Av Araken Hipolito da Costa, deram ensejo a que possibilitasse uma programação de cursos, seminários, viagens e artigos para a Revista Aeronáutica.

Recentemente, com o objetivo de documentar todo o conteúdo produzido pelos anos de estudos, reflexões e debates dos pesquisadores dos grupos de estudos, o Clube de Aeronáutica teve a iniciativa de produzir uma série documental lançada em agosto em comemoração aos 78 anos do CAER.

O projeto é a concretização de um sonho acalentado pelo Clube, já que irá transmitir, de modo virtual, para um número

maior de brasileiros e, também, de estrangeiros desejosos em conhecer a nossa potencialidade cultural. Dividido em episódios temáticos, conduzido cada um por um pesquisador, serão tratados os seguintes assuntos:

1. **Pensamento Brasileiro**
Cel Av Araken Hipolito da Costa
2. **Cultura Brasileira**
Cel Art Ex Frederico José Bergamo de Andrade
3. **Arte Brasileira**
Fernando Bicudo
4. **Pensadores Brasileiros**
Cel Aer Eng Osvaldo Albuquerque Fonseca
5. **Valores e Tradições Luso-Brasileiras**
Ricardo Vélez
6. **Filosofia Política**
Cel Av Araken Hipolito da Costa
7. **Pensamento Aeronáutico**
Ten Brig Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes
8. **Liderança**
Ten Cel Av Flávio Catoira Kauffmann

Todo o documentário foi filmado e editado pela Viga Produções e estará disponível, a partir de agosto, no *site*, do Clube de Aeronáutica e no canal do *Youtube* do Pensamento Brasileiro. Vale a pena conferir!

ELEIÇÕES PARA O BIÊNIO 2024/2026

No dia 08 de agosto foi realizada, na Sede Central, a Assembleia Geral, Sessão Ordinária do Clube de Aeronáutica (CAER), conduzida pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso **Vilarinho**, com o objetivo de realizar as eleições para os cargos de presidente, vice-presidente e membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o biênio administrativo 2024/2026, com duas chapas concorrentes, a Chapa Azul, liderada pelo atual Presidente do Clube, Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo **Perez**, que tentava a reeleição para mais um mandato, tendo como Vice-Presidente o Cel Av Paulo Roberto **Miranda** Machado, e a Chapa Branca, liderada pelo Brig Ar **Paulo** Roberto de Oliveira Pereira, que concorreu pela primeira vez à Presidência do Clube, tendo como Vice-Presidente o Brig Int Luiz **Tirre Freire**.

A votação pôde ser realizada presencialmente no próprio dia 08 e por correspondência, por meio de carta-resposta, em concordância ao regulamento eleitoral do CAER.

Realizada a apuração dos votos presenciais e dos votos por correspondência, foram totalizados 552 votos válidos, sendo 201 para Chapa Branca e 351 para Chapa Azul. Desta forma, foi declarada vencedora a Chapa Azul.



ASSEMBLEIA SOLENE

O Clube de Aeronáutica (CAER), no dia 15 de agosto, realizou, na Sede-Central, Assembleia Geral Solene (AGS), para dar posse aos candidatos eleitos aos cargos de presidente e vice-presidente. Na ocasião foram empossados também os conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo e os conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o biênio administrativo 2024/2026. A AGS foi conduzida pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, e contou com a presença de sócios, membros dos Conselhos e a Diretoria do Clube. Para a próxima gestão, continuará na Presidência do Clube o Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo **Perez** e o Cel Av Paulo Roberto **Miranda** Machado, como vice-presidente. Durante a solenidade, ao realizar seu discurso de posse, o Presidente do Clube, Maj Brig Ar **Perez** agradeceu os votos recebidos e a confiança depositada em seu trabalho, prometendo seguir trabalhando arduamente em prol do nosso Clube.



ARRAIÁ DO CAER E A FEIRA CRIATIVA

No dia 04 de agosto, aconteceu na Sede Barra o tradicional “Arraiá do Clube de Aeronáutica”. O evento trouxe muita animação às famílias de sócios e seus amigos com muito divertimento nas barracas de brincadeiras e de comidas tradicionais destas festas.

O ponto alto foi a quadrilha Sampaio com danças típicas, assim como o acompanhamento musical ao som do Trio de Forró Nordestino.

Outra novidade foi a parceria com a Feira Criativa, que esteve com seus expositores no mesmo ambiente da festa. Ela já faz parte da agenda mensal do nosso Clube e é sempre uma excelente opção de passeio, além de ser uma oportunidade para ficar por dentro das novidades.



A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

E OS ACONTECIMENTOS NA BASE AÉREA DE CANOAS – MITOS E VERDADES

Luís Cláudio Palma Pereira

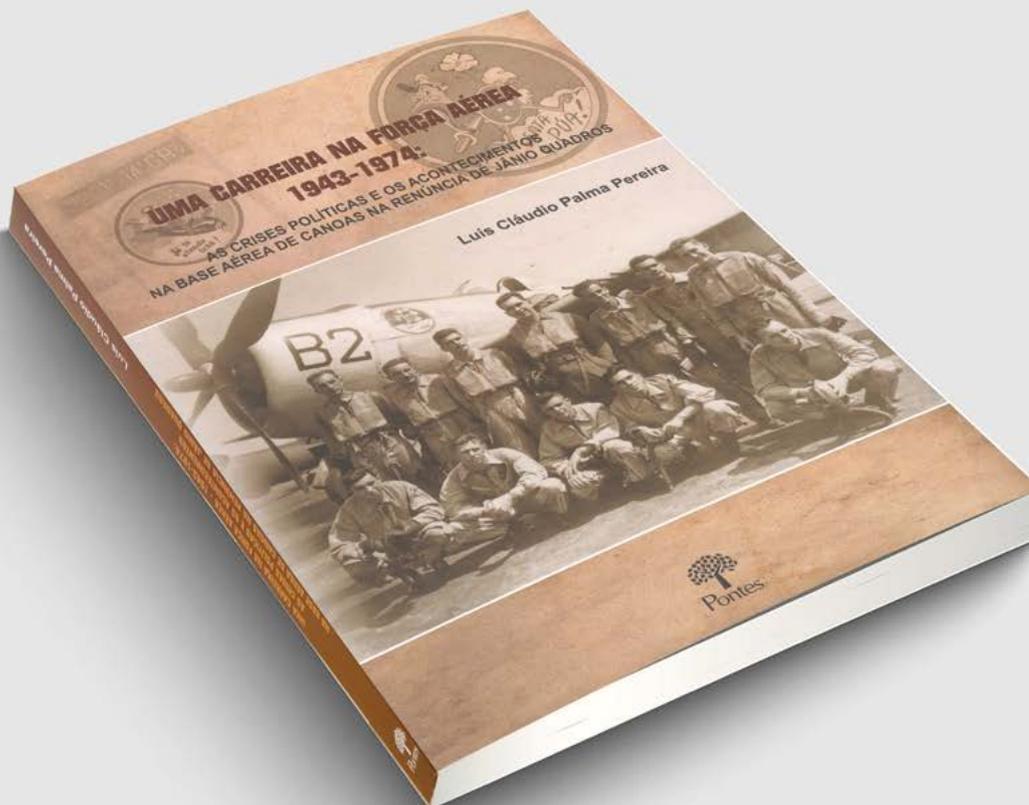
Engenheiro

lclaudio2p@gmail.com

Como todos sabemos, o dia 25 de agosto de 1961, “Dia do Soldado”, justificadamente entrou para a nossa História. Relembrando os fatos, esse foi o dia da renúncia do presidente da República, Jânio da Silva Quadros, empossado no cargo máximo da República em janeiro desse mesmo ano após uma vitória retumbante nas eleições de 1960 quando, como candidato pela UDN (União Democrática Nacional), derrotou por larga margem seu principal adversário político no pleito eleitoral, Marechal Henrique Teixeira Lott. O marechal era o candidato ungido pelas forças políticas aglutinadas no PSD (Partido Social Democrático) e no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partidos habilmente gestados pela engenharia política de Getúlio Vargas, no período de

redemocratização pós-1945, e que vinham elegendo os presidentes desde então, dentre os quais o próprio Getúlio, em 1950.

A vitória do controverso e carismático Jânio representou grande alento às forças políticas que ansiavam por mudanças nos rumos da Nação. Muito se esperava do novo chefe de governo: o saneamento da economia, um combate assertivo à corrupção no meio governamental e ao avanço das forças de esquerda em diversos setores da vida nacional, particularmente, nos sindicatos e nas Forças Armadas, no seio das quais surgiram, ao longo da década de 1950, associações que se propunham representativas de estratos da estrutura hierárquica. Misturando-se com política partidária e praticando um ativismo reivindicatório explícito,



muitos interpretavam essas organizações como sendo evidência da tentativa de introdução da doutrina Marxista-Leninista da luta de classes nos quartéis.

As forças políticas que apoiavam o presidente recém-eleito esperavam também um claro alinhamento da política externa nacional com as nações anticomunistas ocidentais, sob a liderança dos Estados Unidos da América. No entanto, Jânio logo de início frustrou essa expectativa, pondo em prática uma discutível política ao estilo “terceiro mundista”, muito em voga na época. No dia da renúncia, o vice-presidente do seu governo encontrava-se em missão diplomática à República Popular da China, cumprindo agenda dessa nova política externa.

Muito se tem escrito, opinado, especulado, sobre as razões que levaram Jânio ao inédito ato da renúncia e quais seriam suas verdadeiras intenções. Deixando de lado as especulações, inegável foi a gravidade da crise política-militar provocada pelo inesperado ato que colocou em risco a integridade da Nação, levando-a à beira de uma guerra civil.

Dadas as circunstâncias, foram vários os fatores que contribuíram para a eclosão e o vertiginoso acirramento da crise subsequente à renúncia. No ambiente externo, moldado pela “Guerra Fria” em pleno curso, havia o temor do avanço da influência da União Soviética e do comunismo na América Latina, evidenciado sobretudo pela evolução nos rumos da revolução cubana que, posteriormente, desembocou na gravíssima crise dos mísseis em 1962. No âmbito da política nacional, havia a frustração das forças políticas e sociais que tanto apostaram na liderança de Jânio, e viam nele a possibilidade de avanço de um projeto político em diametral oposição ao construído na era “Vargas”. Para os que desejavam um Estado menos intervencionista e mais liberal, a possibilidade de assunção à presidência do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart (Jango) representava enorme retrocesso e risco à Nação. De fato, Jango, eleito nas mesmas eleições de 1960 com expressiva votação, e no contexto de um esdrúxulo sistema eleitoral que previa a possibilidade de eleição de candidatos pertencentes a chapas distintas aos cargos de presidente e vice-presidente, devido à sua trajetória política, suscitava elevado grau de desconfiança daqueles que a ele se opunham, identificando-o como perigoso líder do espectro político da esquerda, associando-o ao sindicalismo militante e às práticas do populismo ao estilo “varguista”. Contudo, por seus apoiadores era exaltado como um dos herdeiros de Vargas, e incontestavelmente uma figura de proa dessa vertente política. Outro jovem e aguerrido herdeiro e organizador do PTB, estrela ascendente no partido, era Leonel de Moura Brizola, na ocasião, governador do Rio Grande do Sul e, não devemos nos esquecer, cunhado de Jango.

Na composição do quadro conjuntural, devemos levar em conta também o fator geográfico. O estado do Rio Grande do Sul, apesar de – devido à infraestrutura da época – encontrar-se deslocado do centro de decisões políticas do país tinha, por razões históricas e econômicas, relevância política e, por fatores geopolíticos, significativa importância militar. De fato, o estado

abrigava a maior parte do contingente do poderoso III Exército, cujo comando era sediado em Porto Alegre. O comandante do III Exército, nomeado para o posto em fevereiro de 1961, era o General José Machado Lopes. O general fizera parte da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e conhecia bem as implicações de um estado de beligerância declarada.

Nesse mesmo estado, no município de Canoas, vizinho a Porto Alegre, encontrava-se localizado o QG da 5ª Zona Aérea, e, na Base Aérea de Canoas (BACO), o 1º/14º GAv, Esquadrão de Caça equipado com jatos F8 *Gloster Meteor*. O comandante da zona aérea era o Brigadeiro Aureliano Passos, o comandante da Base Aérea, Coronel-aviador Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto e o comandante Esquadrão, Major-aviador Cassiano Pereira. Todos designados para os postos no recém-formado governo de Jânio Quadros.

Meu falecido pai, Brigadeiro Cassiano, era o comandante do Esquadrão, e esse fato, sem dúvidas, explica em parte meu interesse pelo episódio da renúncia e sobretudo seus desdobramentos na Base Aérea de Canoas. Antes de ser designado para o comando do Esquadrão, aos 34 anos de idade, meu pai, egresso da turma de 1945, servira em unidades de bombardeio e, em 1952, ingressou na aviação de caça. Na Base Aérea de Santa Cruz, inicialmente voou o P-47 *Thunderbolt* e posteriormente o *Gloster Meteor*, primeira aeronave a jato incorporada à Força Aérea Brasileira. Em 1955, vivenciou o episódio do “11 de Novembro”, o “golpe preventivo” do General Lott e participou do deslocamento do 1º Grupo de Caça para Cumbica [São Paulo], por ordem do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes. Na época, Capitão-aviador, era Oficial de Operações de um dos esquadrões do Grupo de Caça. A sua trajetória de aviador militar não ficou incólume à ativa participação nesse episódio e na posterior adesão à carta pública de desagravo, quando da designação interina do General Lott para o cargo de Ministro da Aeronáutica do governo JK, em 1958. Imediatamente antes de assumir o comando em Canoas, exercera cargo burocrático na Diretoria de Ensino.

Porém, o estreito laço familiar com o Brigadeiro Cassiano não é a única razão do meu interesse no dramático evento histórico abordado neste artigo. De fato, no que tange à crise desencadeada pela renúncia no âmbito do 1º/14º GAv, persistem instigantes e controversas questões que me levaram à tentativa de compreendê-las. Os fatos, as questões e as argumentações, brevemente apresentadas a seguir, são esmiuçadas no livro *Uma Carreira na Força Aérea 1943-1974 – As Crises Políticas e os Acontecimentos na Base Aérea de Canoas na Renúncia de Jânio Quadros*, publicado, em 2020, pela Pontes Editores Ltda. Nesse livro registro longa entrevista com meu pai, bem como as valiosas contribuições de outros oficiais-aviadores que testemunharam os dramáticos dias de crise que se seguiram à renúncia, e com os quais tive o privilégio de conversar.

De fato, imprecisões e contradições vicejam nas narrativas dos acontecimentos ocorridos na BACO e, até a conclusão do livro acima mencionado, que seja do meu conhecimento, apenas

dois militares que faziam parte à época do efetivo do 1º/14º GAv se manifestaram publicamente em entrevistas concedidas ao jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, no início da década de 1980. Vale ressaltar que essas entrevistas expunham pontos de vista contraditórios, e que a polêmica se deu a respeito de fatos ocorridos no ápice da crise e no âmbito do Esquadrão, quando uma grande parte dos militares subalternos da base aérea se apoderou do depósito de armas e tentou impedir que os aviões a jato decolassem e voassem para a Base Aérea de Cumbica, em cumprimento a uma ordem emanada do Estado-Maior da Aeronáutica.

As motivações que provocaram essa violação das regras da hierarquia, pedra de toque da organização militar, a meu ver não estão adequadamente esclarecidas. Entretanto, tudo indica que uma grande parte desses militares agiu movida pela onda de boatos e sob a influência dos inflamados discursos do Governador Leonel Brizola, transmitidos diuturnamente pelo rádio, pela chamada “Cadeia da Legalidade”, e ouvidos avidamente nos recém-popularizados radinhos de pilha. Em um discurso proferido na manhã do dia 28 de agosto, o governador afirmava que aviões do Esquadrão estariam prestes a decolar com a missão de bombardear o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e no qual se entrincheirara após a renúncia de Jânio para defender a posse do seu cunhado na Presidência da República. Embora constitucionalmente prevista, a posse de Goulart fora de pronto vetada por meio de um contundente manifesto conjunto, divulgado pelos Ministros da Guerra (Marechal Odílio Denys), da Aeronáutica (Brigadeiro Gabriel Grün Moss) e da Marinha (Almirante Silvio Heck), e obstaculizada por parte da classe política, detonando a grave crise política e militar que agitou o Congresso e acabou por provocar cisões nas Forças Armadas, culminando, poucos dias após a renúncia, no rompimento entre o comando do III Exército e o Ministério da Guerra.

Na opinião de parte daqueles que vivenciaram essa crise no Rio Grande do Sul, o regionalismo gaúcho foi um fator primordial

nos acontecimentos; habilmente manipulado por Brizola na mobilização da população e na criação de um clima de radicalização e confrontação que se alastrou e contaminou militares da Base Aérea de Canoas.

No entanto, a meu ver, no caso da incontestável rebelião ocorrida na base aérea, carecem ainda de esclarecimentos o verdadeiro peso do papel desempenhado por alguns militares que agiam por motivações políticas, ligados ou não ao governador, o seu grau de organização e a efetiva influência que exerceram sobre a massa de militares subalternos. Essa influência teve lugar em um clima para o qual deve ter contribuído o envolvimento das Forças Armadas nos embates político-partidários da década anterior que, em certa medida, corroe a disciplina e semeou a desconfiança, abalando a estrutura hierárquica tanto horizontal como verticalmente ao ponto de, em situações de crise, tornar incoerentes os canais de decisão.

Outra questão a demandar uma avaliação é a parcialidade das narrativas construídas ao longo dos anos subsequentes, uma vez que os poucos militares que apresentaram suas visões dos acontecimentos ocorridos na BACO, e as divulgaram de forma mais ampla, assumiram a mesma atitude na crise que ali se instalou, colocando-se em oposição, por vezes de forma extremada, aos comandantes da BACO e do Esquadrão. Não obstante, essas narrativas encerram suas próprias discrepâncias, imprecisões e contradições, que podem ser observadas a partir de uma análise atenta e em busca de isenção.

A divulgação dessas narrativas, timidamente iniciada após o término do regime militar, no início da década de 1980, ganhou ímpeto tardio em 2011, quando do aniversário de 50 anos da chamada “Campanha da Legalidade”. Nessa ocasião foram publicados no Rio Grande do Sul artigos, livros e vieram ao conhecimento público depoimentos de sargentos e suboficiais que aderiram à rebelião e participaram dos incidentes ocorridos nas áreas vizinhas ao hangar, sede do 1º/14º GAv.



Base Aérea de Canoas, primeiro semestre de 1961 – Pilotos do 1º/14º GAVCA em apresentação do Esquadrão ao Estado-Maior da Aeronáutica em visita anual de inspeção.

Mas, na verdade, a parcialidade das narrativas sempre esteve presente, sendo apenas reforçada pelas divulgações mais recentes. A versão de que os sargentos da BACO teriam impedido o bombardeio do Palácio Piratini, supostamente planejado para ser executado no dia 28, teve início no calor dos acontecimentos e foi se cristalizando ao longo do tempo. Sabidamente era essa a versão alardeada por alguns órgãos da imprensa no auge da crise, engajados em uma campanha intensiva de propaganda, parte da verdadeira batalha política travada para viabilizar a posse de Goulart. Apesar de decorridos tantos anos, a narrativa persiste nos livros de alguns historiadores e jornalistas, tal como a mais recente biografia de Jango, de autoria de Jorge Ferreira, **João Goulart**: uma biografia, publicado em 2011 pela Civilização Brasileira. Nela, referindo-se aos atos de insubordinação e à revolta armada, o historiador afirma, à página 241, que, a fim de evitar o bombardeio do Palácio Piratini, “[o]s sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos”. Afirmção que compõe um cenário bastante distinto dos fatos narrados por militares diretamente envolvidos nos acontecimentos, independentemente das posições por eles assumidas. Nas palavras de meu pai:

Sargentos e soldados armados começaram a aparecer no pátio onde ficavam estacionados os aviões do Esquadrão. Eu os vi quando passavam na linha de voo, em duplas, e armados de fuzis. [...] acompanhado de alguns oficiais do Esquadrão peguei a primeira dupla de sargentos que encontrei. Mandei que entregassem os fuzis e se retirassem. Eles tentaram uma reação para não entregar, então tive de tomar os fuzis dos dois, e mandei que fossem embora. Eles então sumiram daquela área, mas ficaram escondidos nos arredores. Havia árvores nas proximidades daquela área. Havia um pequeno bosque de eucaliptos bem ao lado do hangar do Esquadrão.

Na verdade, conforme constante em relatos, os insubordinados tinham armas nas mãos e, em que pese a ponderação de meu pai, de que havia muita “encenação [...] demonstrações de força”, e da sua crença de que as ações não seriam levadas às últimas consequências, o fato de os suboficiais e sargentos rebelados terem armado recrutas jovens e inexperientes leva-nos a ponderar essa sua avaliação, tendo em vista os elevados riscos de vida incorridos naquela situação de grande tensão emocional e descontrole. Novamente nas palavras de meu pai:

Quando já estava escurecendo, vi um pelotão, por volta de 12 homens, que veio [...] na direção dos nossos aviões. Eram encabeçados por um sargento. Era corpulento e estava armado. Portava uma metralhadora e os soldados que estavam com ele estavam armados com fuzis. E havia mais um cabo. Quando vi o grupo, parti na direção deles para impedir que se aproximassem da linha de voo. Ordenei então que baixassem

as armas. Era uma ordem dada por um oficial, e alguns deles começaram logo a baixar seus fuzis. Baixaram as armas, exceto o cabo. Nunca me esqueci desse cabo porque ele tinha um defeito no lábio superior, talvez uma cicatriz, ou algum defeito de nascença. Esse não baixou. Então dei novamente a ordem para que ele baixasse a arma, [...] estava armado com fuzil e apontava para mim. Naquele momento, não sei se imaginando o que gostaria que acontecesse, ou simplesmente desconsiderando o perigo, o que poderia acontecer, eu disse que ele não atiraria em ninguém, que não teria coragem, e parti na direção dele. Ele de fato não atirou e eu agarrei o cano do fuzil e puxei. Ele ficou sem ação e foi desarmado. [...] eu me virei para o sargento que, enquanto o cabo apontava o fuzil para mim, gritava, mandava que ele atirasse. Embora ele também estivesse armado, não atirava, mandava o cabo atirar. Dirigi-me a ele [...]. Ele então se virou e correu [...]. Aí todos os outros correram para todos os lados e também sumiram. Sumiram na noite. Estávamos em agosto e ainda me lembro que era uma noite úmida e fria.

Outro fato inegável é que, em algumas das narrativas dos próprios insubordinados, além da descrição de confrontos, são citados também atos de sabotagem que, segundo eles, teriam o objetivo, tão somente, de impedir a decolagem dos aviões do Esquadrão e o seu eventual emprego militar. A propósito dessa questão meu pai relatou:

Lembro-me de terem me dito que, em um dos aviões, um cabo de comando – parte do sistema de ejeção da cadeira do piloto, que incluía o paraquedas além do assento – tinha sido cortado. Claro que isso teria sido um atentado à vida do piloto, mas somente no caso de ele tentar se ejetar. Para fazer o voo não fazia nenhuma diferença. Que me lembre, foi isso o que me relataram em São Paulo [Cumbica].

A verdadeira extensão desses atos de sabotagem, ao que parece, nunca foi oficialmente investigada ou seriamente analisada.

Outra polêmica questão advém da afirmação de que os aviões estavam armados com bombas e que, se assim decolassem, as bombas teriam de ser necessariamente largadas sobre um alvo antes de aterrizarem. Porém, segundo os relatos por mim registrados, os aviões não foram armados com bombas. A falsa afirmação de que as bombas teriam necessariamente de ser lançadas sobre um alvo após a decolagem alimentaram, por exemplo, a versão de que, no dia 28, após a decolagem, e consumado o bombardeio do Palácio Piratini, os aviões voariam para São Paulo [Cumbica] obedecendo a uma suposta ordem enviada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos [!] – narrativa encontrada no livro do jornalista Paulo Markun (SENAC, 2001): “Que as armas não falem”. Na realidade, a existência dessa suposta mensagem nunca foi comprovada e, se existisse, deveria ser cifrada e radiotelegrafada pelo sistema

militar de comunicações. Ademais, por razões técnicas, tal ordem seria de improvável execução, conforme informações técnicas por mim colhidas e registradas.

Contudo, em que pesem versões improváveis ou tecnicamente insustentáveis, incompatíveis com as dificuldades de comunicação e a confusa situação que se instalara na BACO, a intenção de bombardear do Palácio Piratini encontra-se de fato registrada no livro do General Machado Lopes (*O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*, Alhambra, 1980). Segundo esse registro, a hipótese de bombardeio teria sido verbalizada por meio de comunicação aberta, em fonia, na manhã do dia 28. Essa comunicação, restrita à cadeia de comando do III Exército, enumerava um conjunto de drásticas diretrizes, as quais tinham por objetivo a imediata neutralização das ações de resistência ao veto à posse de Jango desencadeadas por Brizola, dentre as quais o emprego da Aeronáutica “realizando inclusive o bombardeio, se necessário” (p. 48). Segundo o General Machado Lopes, foi essa comunicação que precipitou sua decisão em romper com o Ministério da Guerra e apoiar a posse de Goulart na Presidência da República, tornada pública logo a seguir, em encontro com o Governador Brizola no Palácio Piratini.

Porém as informações disponíveis mostram que a hipótese de bombardeio aéreo foi de pronto rechaçada por aqueles que iriam executá-la. Em seu relato, meu pai revela a sua convocação para uma reunião no QG da 5ª Zona Aérea, ocorrida provavelmente no dia 27, portanto, antes da sublevação. Nessa reunião – na qual, além dele, se encontravam presentes o comandante da Zona Aérea, Brigadeiro Aureliano Passos, e o seu chefe de Estado-Maior –, foi-lhe apresentada a orientação do Estado-Maior da Aeronáutica, por meio de comunicação radiotelegráfica cifrada, determinando a preparação para a retirada do Esquadrão da BACO. Foi também aventada a hipótese, sem especificação da origem, sobre a viabilidade de bombardeio do Palácio Piratini que, ainda segundo meu pai, foi prontamente repudiada por todos os presentes. De fato, a oposição da cadeia de comando da 5ª Zona Aérea a qualquer ação que pudesse agravar ainda mais a conturbada situação política que beirava o enfrentamento armado evidenciava-se nos relatos do Brigadeiro Passos e do General Machado Lopes, registrados em livro do historiador Hélio Silva (1964: golpe ou contragolpe?, L&PM, 2014).

A situação de descontrole na BACO só foi normalizada com a entrada de um contingente do III Exército na madrugada do dia 29, em uma ação que surpreendeu e neutralizou os sublevados – naquele momento era público o rompimento do comando do III Exército com o Ministério da Guerra –, viabilizando a decolagem dos jatos do Esquadrão na manhã desse mesmo dia. Os aviões, que, desde o início da crise, se encontravam reabastecidos e equipados com tanques suplementares ventrais, decolaram com combustível suficiente para o voo até a Base Aérea de Cumbica.

O Governador Brizola não se conformou com a retirada do Esquadrão da sua área de controle. Mesmo decorridos três meses e a crise política solucionada, com Jango retornando da viagem

à China por um longo trajeto e, após breve passagem por Porto Alegre, tomando posse como Presidente da República de um negociado regime parlamentarista – capitaneado pelo Primeiro Ministro Tancredo de Almeida Neves, um dos líderes do PSD –, em reportagem da revista *O Cruzeiro*, eivada de falsidades e imprecisões, o governador se referiu ao estado de confusão na área da 5ª Zona Aérea e à retirada de seus comandantes para o Rio de Janeiro. Porém, não apresentou evidência da existência de ordem do Estado-Maior da Aeronáutica para que fosse realizado bombardeio, ou qualquer outra missão de emprego militar, mas deu a sua versão de fatos contendo afirmações que passaram a ser aceitas como verdadeiras e na essência automaticamente repetidas: *os aviões estavam armados com bombas, que os sargentos rebeldes impediram que fossem lançadas no Palácio do Piratini.*

Sem dúvida, as vidas de muitos dos militares que viveram os poucos dias de aguda crise na Base Aérea de Canoas ficaram indelevelmente marcadas. Para o meu pai, o cumprimento da missão de deslocar o 1º/14º GAv, que lhe fora confiada e cumprida em condições das mais adversas, resultou na perda da função de comando nove meses após assumi-la. Findo um período de indefinição e insegurança, a maior parte do qual com o Esquadrão provisoriamente operando na Base Aérea de Santa Cruz, reconduziu o Esquadrão para Canoas e passou o comando ao seu substituto. Sem sucesso, buscou a publicação dos fatos ocorridos em boletim interno da Força Aérea. O boletim elogiando os militares que tornaram possível o deslocamento do Esquadrão só seria publicado cinco anos mais tarde, por iniciativa do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes. Com a vivência profissional adquirida no complexo ambiente marcado pela instabilidade política da década anterior, prosseguiu na carreira buscando aperfeiçoamento e perseguindo as metas, os requisitos e as atualizações exigidos dos oficiais-aviadores para a progressão profissional. Só voltou a assumir comandos de unidades aéreas e outras funções relevantes no Ministério da Aeronáutica, no período pós-1964.

O silêncio da grande maioria dos que viveram aqueles dias de tensão e turbulência na BACO, particularmente dos oficiais, a meu ver, dificultou o surgimento de uma visão equilibrada e aderente à realidade dos fatos – digna de nota é a publicação em 2019, na edição número 302 desta revista, de artigo de autoria do Brigadeiro Luiz Carlos Baginski Filho relatando sua experiência no episódio quando jovem tenente-aviador e pertencente ao efetivo do 1º/14º GAv. Assim a balança pendeu movida pelo peso dos interesses políticos dominantes na época dos acontecimentos e, surpreendentemente, permaneceu desde então indevidamente imobilizada. Com o passar do tempo sedimentou-se uma visão parcial, e não de uma síntese da multiplicidade de pontos de vista e análises bem fundamentadas. A superação das questões brevemente apresentadas neste artigo me parece essencial para que se faça História.

ALDO REBELO LANÇA SEU LIVRO

AMAZÔNIA: A MALDIÇÃO DE TORDESILHAS

NO CLUBE DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO

No dia 25/07, o Clube de Aeronáutica, localizado no Centro do Rio de Janeiro, se tornou o palco do lançamento do livro *Amazônia: a Maldição de Tordesilhas*, do ex-Ministro Aldo Rebelo. A celebração fez parte do ciclo de palestras da Comissão Interclubes Militares, no qual seus integrantes e convidados se reúnem mensalmente para discutir temas políticos, econômicos, militares e psicossociais, com um foco especial na soberania nacional, na segurança interna e nos objetivos nacionais permanentes.

O lançamento, que foi fechado para membros da Comissão Interclubes Militares e outros convidados especiais, incluiu uma palestra do próprio Aldo Rebelo, na qual ele abordou o conteúdo de seu novo livro, que discute a importância da Amazônia para a garantia da defesa nacional, explorando os desafios e as ameaças que a região enfrenta, enquanto propõe estratégias para sua proteção e desenvolvimento sustentável.

Aldo Rebelo tem um longo histórico de envolvimento com temas de soberania e desenvolvimento do Brasil. Em diversas ocasiões, ele destacou a importância da Amazônia não apenas como um

patrimônio ecológico, mas também como um componente crucial da segurança e da soberania nacionais. Rebelo sempre defendeu que “internacionalizar a Amazônia é crime de traição nacional”, argumentando que a região é alvo de cobiça internacional devido à sua riqueza em biodiversidade e recursos minerais.

A palestra foi uma oportunidade para entender a complexidade e a importância da defesa da Amazônia no contexto geopolítico atual, e contou com a presença do Almirante Prado Maia, do Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica, Coronel Paulo Roberto Miranda Machado – que representou o Presidente da Instituição, o Major-Brigadeiro Marco Antonio Carballo Perez – e do General Sérgio. Segundo Rebelo, proteger a soberania sobre a Amazônia não é apenas uma questão jurídica, mas também envolve aspectos demográficos, econômicos, comerciais, científicos e tecnológicos.

O ciclo de palestras da Comissão Interclubes Militares é uma iniciativa crucial para a troca de conhecimentos e a discussão de temas de alta relevância para o país. A presença de Aldo Rebelo certamente trouxe uma perspectiva fundamentada sobre a necessidade de proteger a Amazônia contra interesses internacionais.





A QUEDA DOS DOMINÓS*

Renato Paiva Lamounier

Cel Av

rplamounier@gmail.com

“ Senhor, não Vos hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando, pois esta é a licença e a liberdade que tem quem não pede favor senão justiça. Se a causa fora só nossa pedira remédio e misericórdia, mas como a causa é mais Vossa do que nossa e como venho a requerer por Vossa honra e glória e pelo crédito do Vosso nome, razão é que peça razão, justo é que peça justiça.”¹

A recente divulgação da notícia da transferência do 1º Grupo de Transporte de Tropa (1º GTT) para a Base Aérea do Galeão

(BAGL) e do sombrio futuro reservado à Base Aérea dos Afonsos (BAAF), bem como, por via de consequência, às demais unidades sediadas naquele sagrado sítio, enseja indagações sobre este assunto de grande relevância, complexidade e de um imenso e inevitável significado afetivo. Desnecessário mencionar a delicadeza do tema e, por isso mesmo, colocamo-lo como indagações, e não questionamento, incompatível este com a formação, os valores, o devido respeito, a elevada estima e a amizade existente entre os militares da Força Aérea, sejam eles ativos ou inativos, comandantes ou comandados. Este sólido bastião, alicerçado que é na lealdade, na franqueza e na honestidade de propósitos, não

¹ Apóstrofe Atrevida, de Padre Antônio Vieira, em *Os Sermões*.

pode ser abalado na consideração desta questão, assim como de qualquer outra que diga respeito ao nosso ideal comum e aos interesses da instituição à qual pertencemos e servimos, os de ontem, os de hoje e os de amanhã.

À primeira vista, a ida do 1º GTT para a BAGL seria um fato normal, já que, doutrinariamente, uma Unidade Aérea não é fixa e pode ou deve ser deslocada para outras bases conforme requeiram razões operacionais, logísticas, técnicas, administrativas ou mesmo políticas, entendida esta última na elevada e verdadeira acepção da palavra, sem confundir-la com propósitos outros que em nada dignificam os homens sérios que agem sob os princípios da seriedade.

Ademais, o Alto Comando da Aeronáutica, a quem cabem as decisões, bem como as autoridades dos Órgãos de Planejamento e de Assessoria são constituídos por Oficiais sérios e inteligentes, capazes e honestos, por patriotas dedicados ao serviço do país e da Aeronáutica do Brasil, não deixando dúvida quanto à preocupação e à profundidade com que se debruçaram no estudo deste assunto.

Isso posto, sentimo-nos à vontade e no dever de, do alto daquele bastião, apresentar considerações que, sabemos, são de centenas, senão de milhares de integrantes (ativos e inativos, superiores e subalternos) da Força Aérea que se sentem perplexos e inconformados, muitos indignados mesmo e, sobretudo, todos muito tristes diante do desmonte a que vem sendo submetida a Força Aérea.

Temos perdido muito espaço, não só físico, mas também e, sobretudo, institucional. Desde a incompreensível ruptura do Poder Aéreo Unificado, incontestavelmente responsável pela grandeza da Aeronáutica Brasileira, tem havido um sequestro das atribuições outrora férteis, transformando-as nos flagrantes e deficientes resultados de hoje em muitos setores vitais da Aviação como um todo. No caso particular da Força Aérea (o braço armado do Poder Aéreo Unificado) e da sua antes importância política (ainda e sempre no bom sentido do termo), a falta de presença (mais grave do que a simples ausência) em destacadas capitais e cidades do país leva ao seu inevitável desprestígio nos entes da Federação, relegando-a a segundo plano perante todos os níveis da administração pública e da sociedade em todos os seus múltiplos e variados segmentos. Muito mais grave, gravíssimo, mesmo, é, com a supressão de Organizações Militares, o aniquilamento de duas das principais características da arma aérea: a mobilidade e a flexibilidade. Sem bases de apoio para o seu desdobramento perde a sua razão de ser e, qual um paquiderme inerte, será desprezível pela sua total ineficiência, além de presa fácil dos atacantes quando concentrada em bases saturadas e incapaz de se pulverizar no Teatro de Operações onde sua atuação deve ser pronta, rápida e eficaz. Elementar!

A título de curiosidade, com expressivo valor histórico, cabe lembrar que, antes do advento da INFRAERO (um dos braços do Poder Aéreo Unificado), por volta dos anos 1970, dentre os principais aeroportos do Brasil, havia apenas três que não eram

compartilhados com Bases Aéreas, a saber: Salgado Filho, em Porto Alegre – RS, Afonso Penna, em Curitiba – PR, e o de Congonhas, em São Paulo – SP. Todos os demais recebiam das Bases Aéreas suas irmãs todo o apoio, exceção apenas quanto ao funcionamento da estação de passageiros. As bases que, antes, haviam acolhido de braços abertos os aeroportos estão hoje sendo expulsas dos mesmos. Cruel ironia! E mais, com graves consequências para as economias locais.

Voltando ao caso do Campo dos Afonsos, sem sentimentalismo infantil, mas com lúcida visão da realidade histórica e da sua permanente e atualíssima importância, é vital entender que naquele vasto e multidisciplinar espaço está não só a nossa origem, não só o nascedouro da Aviação no Brasil, não só o advento da Aviação Militar e de onde partiu um dos seus mais gloriosos feitos: o Correio Aéreo Nacional (CAN), como sendo uma das maiores obras sociais já realizadas no país, com o sacrifício de inúmeras vidas para que tantas outras fossem assistidas e preservadas neste imenso território. O CAN foi, também, o grande laboratório operacional onde se forjaram, naquela época de imensa limitação tecnológica, várias gerações de pilotos, mecânicos, radiotelegrafistas de voo e muitas outras especialidades essenciais ao cumprimento de suas missões, constituindo o pilar da capacitação para o combate e da moderna estrutura de que dispõe hoje o Brasil no campo aeronáutico. O Campo dos Afonsos, um Santuário, é nosso território e não é uma simples base compartilhada, ao contrário da BAGL a qual, mais cedo ou mais tarde, será expulsa do Galeão com o Parque de Material Aeronáutico. Quem viveu a BAGL, no início dos anos 1970, acompanhou o admirável trabalho do Brig Eng José Vicente Cabral Cechia e sua equipe à frente da Comissão de Construção do Principal Aeroporto Internacional (CCPAI) e à instalação da Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. (ARSA), antecessora da hoje INFRAERO. Quem lá estava viu o altíssimo custo para a Força Aérea em termos de patrimônio perdido e, em especial, um esquecido e imenso sacrifício social imposto aos milhares de funcionários civis da Aeronáutica e seus familiares, deslocados que foram de suas moradias para distantes e inóspitas localidades, uma vez demolidas as vilas residenciais militares ali existentes. Não nos iludamos, fato análogo vai acontecer sem tardança. E para onde iremos se não tivermos mais o Campo dos Afonsos com a sua Base, a UNIFA, o MUSAL, o HAAF, o CENDOC, a CDA, o IMAE e os milhares de próprios nacionais residenciais ali edificadas desde o tempo da SULACAP por ação direta do nosso patrono, o Brig Eduardo Gomes? Sem mais delongas e em benefício da brevidade: o Campo dos Afonsos representa, além de tudo, a nossa sobrevivência nesta cidade do Rio de Janeiro. Do contrário, acreditem, será devorado pela incontável expansão da mancha urbana e, cada vez mais, insaciável por espaçosas áreas para atender à crescente demanda habitacional. Duvidam? Vejam o destino já estabelecido para as áreas do antigo presídio da Rua Frei Caneca, do antigo Gasômetro, da antiga Refinaria de Manguinhos, do antigo Batalhão da Polícia Militar no Leblon e do Campo da

Fé onde ocorreria a vigília Papal. Todos esses imensos espaços teriam uma melhor serventia coletiva e saudável destinação se transformados em parques como um pulmão para a cidade e para o lazer da população. Que falta nos fazem governantes como D. Pedro II e seu admirável Major Archer! Esta digressão, aparentemente fora de escopo, não é, absolutamente, sem propósito. Vale muito a pena lembrar o invejável desempenho do Brig Eng Josué Rubens Milhomens Costa à frente da construção do Aeroporto de Confins – MG e do Brig Eng Teodósio Pereira da Silva à frente da construção dos Aeroportos Eduardo Gomes, em Manaus – AM, e Guarulhos, em Cumbica – SP. E por que esta lembrança? Porque eram homens possuidores do espírito dos Afonsos, como também o era o criador da INFRAERO e impulsionador das grandes obras aeroportuárias da época, o Ten Brig do Ar Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro da Aeronáutica. Tinham eles em comum, além de Aviadores formados na tradicional e consagrada Escola de Aeronáutica, a qualificação de Engenheiros Militares diplomados pelo renomado Instituto Militar de Engenharia. Possuidores deste espírito cumpriram com probidade e eficácia suas tarefas, não se locupletando nas obras de bilhões de reais pelas quais foram responsáveis. Preservar, pois, o Campo dos Afonsos, é preservar este espírito, é preservar a reserva moral que ainda tem o Brasil, na memória dos que lá tiveram a sua formação profissional e ética. Como um reforço de argumento, podemos estender a digressão ao Parque de Material Aeronáutico do Campo de Marte, em São Paulo, onde, por pura sorte, ainda sobrevive à mercê do insucesso eleitoral de um determinado candidato à Presidência da República. Até onde podemos admitir ao mero acaso a preservação de tamanho e precioso patrimônio? Ora, “quem sabe faz a hora, não

espera acontecer”. Se não soubermos a nossa hora e o nosso lugar, não seremos dignos do nosso tempo e do legado que recebemos dos construtores da Aeronáutica Brasileira. E mais, sem incorrer no papel de profeta da adversidade, qual poderá ser o destino da Base Aérea de Santa Cruz, a despeito da jactante classificação de maior complexo aerotático da América Latina, se entenderem os políticos (agora não mais no elevado sentido que temos dado ao termo) ser ela um estorvo à Companhia Siderúrgica do Atlântico e ao Complexo Petroquímico de Itaguaí, assim como ao delas consequente adensamento populacional no seu entorno?

As Bases Aéreas de Fortaleza, de Santos e de Florianópolis, bem como o CIAAR em Belo Horizonte foram peças de dominó já tombadas neste lamentável processo. A BAAF será o próximo e a ela seguirão, se não nos socorrerem a sensatez e a determinada obsessão de lutar pela Força Aérea, o Centro Técnico Aeroespacial em São José dos Campos, o Controle do Espaço Aéreo e os Hospitais de Aeronáutica que passarão a integrar o SUS e pelo qual seremos atendidos, se formos. Assim como a Pagadoria de Inativos e Pensionistas, absorvida pelo INSS, a cuja ineficácia e em cujas filas seremos atirados sem dó nem piedade.

Não há espaço vazio sem que seja ocupado, já dizia Archimedes na sua “Dinâmica dos Corpos”. E nós estamos perigosamente abrindo e/ou desocupando espaço. A qual custo? A economia feita, espontânea ou imposta, vale as imensas perdas, materiais e morais? É útil e oportuno buscar inspiração para nossas atitudes nas instituições que nos deram origem. À mãe Marinha do Brasil, perguntando-lhe se ela abriria mão, um dia, das Capitâneas dos Portos e da Ilha de Villegaignon, para que fins fossem? Aprendamos com ela o legado de Tamandaré: a unidade

Lago do Lachê, 1941.



de pensamento que permeia do grumete ao Almirantado. Ao nosso pai, o Exército Brasileiro, se concordaria com a construção no Monte dos Guararapes de um conjunto habitacional popular, descaracterizando e apagando o nascedouro do nosso Exército? Urge, pois, a união em torno de propósitos elevados, de maneira educada mas firme, sincera e leal, fundamentada na hierarquia e na disciplina como fundamentos basilares da nossa instituição mas que cobra e exige, exatamente por isso, igual tratamento dos poderes constituídos.

Por último, mas não menos importante, urge retornar o 1º GTT à BAAF e reavivar o Campo dos Afonsos na sua plenitude, como um grande complexo operacional, logístico, acadêmico, histórico-cultural, da saúde e administrativo. O Alto Comando da Aeronáutica, consciente da sua própria, verdadeira e incontestável dimensão, sairá fortalecido desta resolução eivada que será nos superiores sentimentos do desprendimento, sem vaidade ou orgulho, fortalecendo, assim, a sua autoridade pela autoconfiança e pela obediência aos preceitos da razão e da prudência. Como Unidade Aérea geradora de doutrina, o 1º GTT não se limita, pois, ao treinamento e à formação das equipagens de transporte de tropa. Mais do que isto, engaja-se no combate operando o reabastecimento em voo e na extinção de incêndio em áreas florestais. É peça fundamental na batalha junto com as Unidades Aeroterrestres e Aerotransportadas do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil e, no campo da segurança interna, com a Força Nacional de Segurança e a Polícia Federal. Por isso, se e quando for a Brigada Paraquedista do Exército transferida para o Brasil Central, tomar-se-ão as medidas requeridas naquela ocasião, sem a necessidade, entretanto, de sacrificar o cerne da Unidade Escola. O 1º GTT é, ainda, fundamental para conferir às Unidades Aéreas de emprego aerotático da Força Aérea a mobilidade e a flexibilidade indispensáveis à pronta resposta. No entanto, se o peso máximo operacional das aeronaves C-130 excede a resistência do piso da atual pista da BAAF, que seja, então, a operação feita com peso reduzido, como já o é, até que o 1º GTT seja dotado com aeronaves mais leves. Mas, pensemos grande, com a ousadia e a coragem que caracterizaram e imortalizaram os construtores da Força Aérea. Por que não construir uma nova pista, em ângulo divergente à atual, no sentido SW-NE? Certamente o seu custo será inferior ao de um sambódromo e ao de um único estádio de futebol. E o país construiu mais de uma dezena deles e, muitos, para uma utilização irrisória e temporária. Agora, outra importantíssima questão: onde serão baseados os aviões KC-390, um promissor orgulho da indústria aeronáutica brasileira (antes, também ela, um dos componentes do Poder Aéreo Unificado)? A BAAF seria o seu natural e honroso destino, além de outras bases conforme assim o determinem as diretrizes de planejamento militar e, também, em função do considerável número de aeronaves a serem adquiridas. O PAMA AF teria, certamente, capacidade instalada e disponibilidade para ser o Parque central de apoio destas modernas aeronaves, cuja realidade não tarda a se concretizar. Ou será atribuído ao PAMA GL

mais este encargo, além dos muitos que já tem e ocupando uma área sobre a qual não temos pleno domínio?

Enfim, “LANÇAR, SUPRIR, RESGATAR; NOSSA SAGRADA MISSÃO” não é apenas um lema cantado em hino nas ocasiões festivas. É a essência da Força Aérea e de suas Unidades Aéreas subordinadas, ora ameaçadas pela fragilização do mais precioso dos seus atributos e pelo qual os homens vivem e morrem, se necessário: a crença no seu trabalho e a fiel e ilimitada dedicação à sua sagrada missão. Do contrário, pouco ou nada nos restará, a não ser o opróbrio das gerações futuras ao enxergarem, nas nossas atitudes de hoje, uma dissonância da fé, da coragem e da ousadia dos construtores da Aviação Militar no Brasil e, em especial, da sua Força Aérea. Se assim for e, parafraseando, então, o vate do abolicionismo,² eu vos direi:

... Levantai-vos, heróis da Força Aérea ...

Dumont! Arranca esse sabre dos ares ! ...

Eduardo! Fecha a porta de teus hangares! ...

* “The Dominoes Fall”, doutrina político-estratégica dos Estados Unidos da América orientadora das ações de governo desde o final da II Guerra Mundial, a fim de conter a sucessiva e continuada queda de países do leste europeu e do sudeste asiático pela ação do Comunismo Internacional.

² Antônio de Castro Alves, em *O Navio Negreiro*:
Canto VI

E existe um povo que a bandeira empresta
Pra cobrir tanta infâmia e cobardia! ...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de Bacante fria! ...
Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta
Que impudente na gávea tripudia?! ...
Silêncio! ...Musa! Chora, chora tanto,
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do Sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da Liberdade após a guerra
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha! ...

Fatalidade atroz que a mente esmaga! ...
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu na vaga
Como um íris no pélagos profundo! ...
... Mas é infâmia demais... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo...
Andrada! arranca esse pendão dos ares! ...
Colombo! fecha a porta de teus mares! ...



EM FACE DAS AMEAÇAS EXTERNAS, EMBRAER DECOLA ENTRE MEMBROS EUROPEUS DA OTAN

Inquietos com a continuação da invasão russa à Ucrânia, e pensando em missões humanitárias, países europeus têm aumentado os efetivos de defesa e renovado a compra de equipamentos militares

Viviane Vaz
Jornalista
erosevaz@gmail.com

Milhares de pessoas saíram às ruas de Bruxelas, em 21 de julho, para celebrar o Dia Nacional da Bélgica. Entre as atividades, um desfile civil e militar serviu para apresentar a renovação dos veículos e das aeronaves da Defesa belga e recordar que a Aliança do Tratado do Atlântico Norte (Otan) faz 75 anos este ano, com 29 membros europeus, além dos Estados Unidos, do Canadá e da Turquia.

Inquietos com a continuação da invasão russa à Ucrânia, que já dura mais de dois anos, e pensando nas missões humanitárias e de paz ao redor do globo, diversos países europeus têm aumentado os efetivos de defesa com o recrutamento de jovens e renovado a compra de equipamentos militares. Nesse contexto, a decisão de novas aquisições tem representado um aumento de pedidos para a multinacional Empresa Brasileira de Aeronaves (Embraer).

Um EMB-121 Xingu da Embraer, conhecido por ser o avião de treinamento no qual todos os pilotos de transporte franceses e belgas são treinados desde 1983, foi um dos destaques do desfile aéreo em Bruxelas. O “Xingu” apresentado pertence à França e integrou o cortejo de 13 modelos de aeronaves, incluindo um avião radar Awacs da Otan.

“Avião radar que se enquadra nos 75 anos da Otan que celebramos este ano”, completou a Ministra da Defesa belga Ludivine Dedonder, ao canal televisivo de Bruxelas *BXL*, destacando que o desfile também serviu como “uma demonstração da renovação da defesa belga”.

Feira militar no Reino Unido

Um dia depois do voo do bom e velho “Xingu” na capital europeia, o Ministério da Defesa dos Países Baixos assinava, em 22 de julho, a compra de nove aeronaves C-390 Millennium da Embraer durante uma cerimônia no Farnborough Airshow, no Reino Unido. Como parte do projeto “Substituição da Capacidade de Transporte Aéreo Tático”, o contrato representa uma compra conjunta com a Áustria: cinco aeronaves seguem para a Força Aérea Real Holandesa e quatro para a Força Aérea Austríaca.

“Este é um bom exemplo de colaboração na Europa entre países. O apoio construtivo da Embraer desempenhou um papel crucial na concretização positiva deste acordo”, disse o Vice-Almirante Jan Willem Hartman, Diretor Nacional de Armamentos dos Países Baixos. Em 2022, o C-390 foi o único candidato aprovado pelo Ministério da Defesa holandês.

Com esse pedido, ambos os países pretendem aumentar a capacidade de mobilizar ou evacuar rapidamente equipamentos

e pessoal em todo o mundo, mesmo sob condições operacionais difíceis. A aquisição também permite que as nações cooperem “na formação, na logística e no crescimento futuro da plataforma, juntamente com outros operadores de C-390 nos países da Otan”, afirma a multinacional brasileira em comunicado.

O modelo da Embraer passa a integrar sete forças aéreas: Brasil, Coreia do Sul, Portugal, Hungria, Países Baixos, Áustria e República Tcheca – sendo os cinco últimos países europeus membros da Otan.

Manutenção da Paz e novos pedidos

Em entrevista à reportagem por telefone, o vice-presidente comercial da Embraer, Federico Lemos, recordou que a Embraer tem um longo histórico de participação na defesa da Europa. “Estamos vivendo um grande emprego das soluções da Embraer na Defesa das nações europeias”, declarou. Para o executivo, os principais fatores que levam a essa escolha têm a ver com a tecnologia, a eficiência e o custo dos equipamentos.

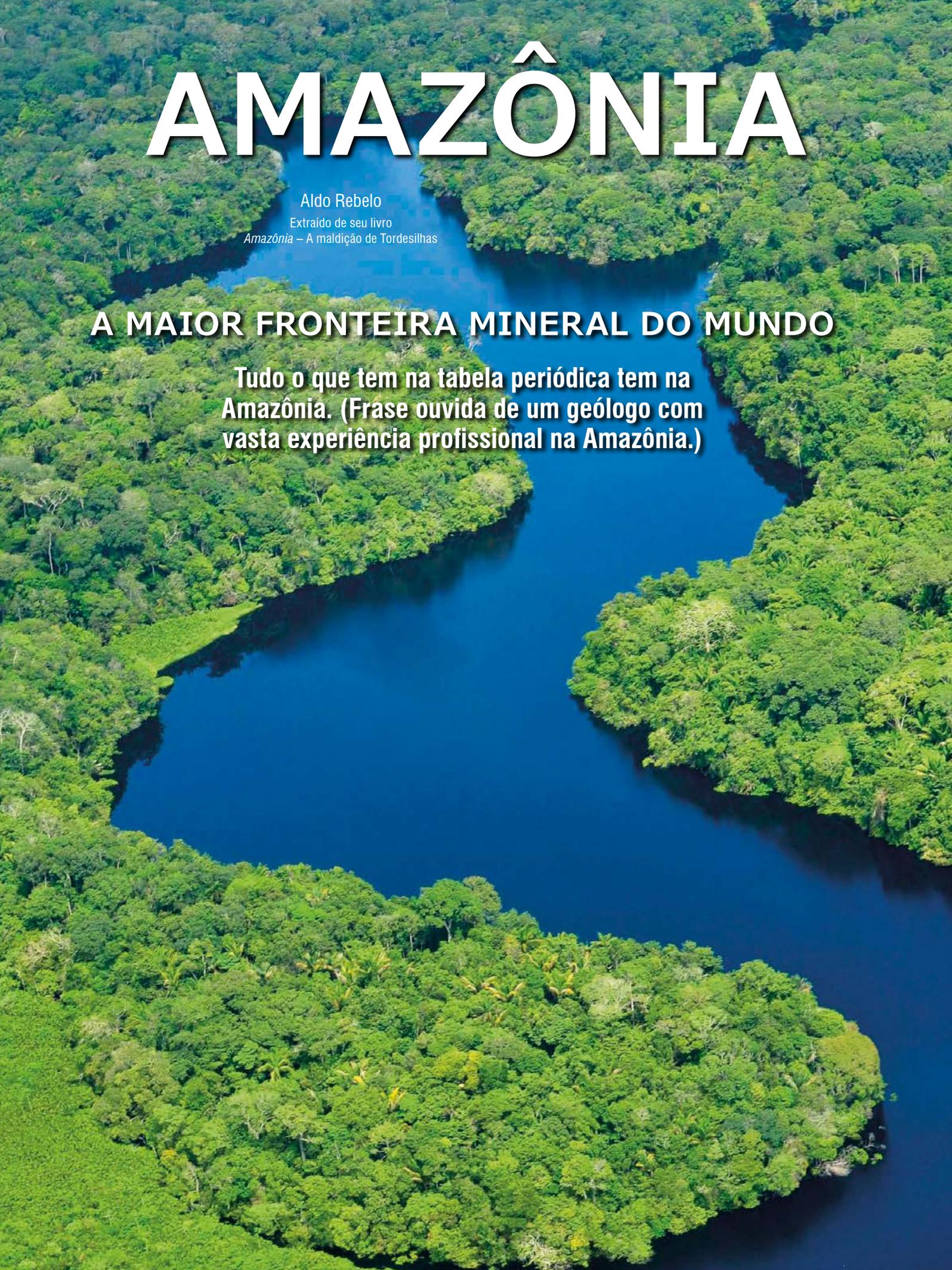
O C-390 Millennium pode transportar mais carga útil (26 toneladas) em comparação com outras aeronaves de transporte militar de médio porte, além de voar mais rápido (470 nós) e mais longe, considerado ideal para realizar transporte e lançamento de cargas e tropas; evacuação aeromédica (busca e salvamento); combate a incêndios e missões humanitárias de emergência, pois opera em pistas não pavimentadas, em superfícies como terra compactada e cascalho. Assim, o desejado avião da Embraer fornece suporte logístico tanto em operações de defesa quanto em missões de paz.

A atual frota de aeronaves C-390 em operação acumula mais de 13.000 horas de voo, com disponibilidade operacional de 93% e taxas de conclusão de missão acima de 99%, considerada “excepcional” pelo mercado.

Além desse modelo, Federico revela que a Embraer tem percebido um aumento no interesse pelos A-29 Super Tucanos, que servem para o treinamento avançado de pilotos, o ataque leve ou contrainsurgência, e a vigilância e o reconhecimento armado. No Reino Unido, a aposta para o treinamento de pilotos das Forças Armadas é o Embraer Phenon-100.

“Nós sempre vemos a Defesa como um instrumento de manutenção de paz”, ressaltou Federico. “Forças armadas capazes, bem equipadas com a tecnologia certa, garantem a manutenção da paz. Vemos que as soluções de defesa da Embraer apoiam missões humanitárias, de interesse civil, e apoiam as Forças Armadas”, ponderou.

AMAZÔNIA

An aerial photograph of a lush green Amazon rainforest. A wide, dark blue river winds through the center of the forest, forming a large loop. The forest is dense and vibrant green, with various shades of foliage visible. The river's path is clearly defined against the surrounding trees.

Aldo Rebelo

Extraído de seu livro
Amazônia – A maldição de Tordesilhas

A MAIOR FRONTEIRA MINERAL DO MUNDO

**Tudo o que tem na tabela periódica tem na
Amazônia. (Frase ouvida de um geólogo com
vasta experiência profissional na Amazônia.)**



Mesmo com o massacre de 29 garimpeiros no início do mês e o cerco do Exército, aventureiros permanecem nas imediações da Reserva Roosevelt esperando um dia voltarem ao garimpo com ou sem a permissão dos Cinta Larga. O risco de vida tem um preço: o potencial das minas de diamantes da reserva é de um milhão de quilates por ano, o equivalente a US\$ 500 milhões, segundo cálculos extraoficiais de técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia. Os diamantes da Reserva Roosevelt são de qualidade acima da média. Podem ser vendidos por preços elevados, afirma Deolindo de Carvalho, chefe do DNPM em Rondônia. Segundo o Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia, já foram extraídos aproximadamente US\$ 8 bilhões em diamantes na reserva e até agora as sete supostas grandes minas da área estão intocadas.

Jornal *O Globo*, 25/04/2004

É provável que na Amazônia não sejam encontrados os 118 elementos da tabela periódica, e a frase do experiente geólogo seja apenas a expressão da própria admiração e surpresa diante da vastidão dos recursos naturais presentes no subsolo da mais promissora província mineral da Terra.

Quase a metade da Amazônia está situada no chamado pré-cambriano, período de formação da terra rico em depósitos minerais. Os viajantes e naturalistas do século XIX não manifestaram grande interesse na geologia, dedicando mais atenção aos estudos da fauna e da flora amazônica. O primeiro esforço organizado para um levantamento dos minérios da região foi o projeto Radam (Radar da Amazônia), lançado em 1970 pelo governo militar.

O petróleo na Amazônia se estende da costa do Pará e do Amapá à fronteira com o Peru. O saudoso ex-deputado e presidente da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), Haroldo Lima, disse-me muitas vezes da sua decepção pelo veto do Ibama à prospecção do petróleo na fronteira do Acre com o Peru. Mais recentemente, o Ministério Público, o Ibama e as ONGs uniram-se em uma ofensiva para bloquear a abertura de um poço experimental na costa do Amapá, a 500 quilômetros da foz do Amazonas.

Em 2017, o presidente Michel Temer decidiu liberar, por decreto, parte da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) entre o Amapá e o Pará, rica em fosfato, cobre, ouro, titânio, zinco, tungstênio e tântalo. O Brasil importa mais da metade do fósforo que usa na agricultura, e a abertura da RENCA seria uma promessa de redução dessa dependência.

Uma campanha internacional de ONGs e celebridades de Hollywood, com direito a tuíte da modelo brasileira Gisele Bündchen, levou o governo a revogar o decreto, e a imensa riqueza adormece no subsolo à espera do momento em que os patrões das ONGs decidam de lá retirá-la.

A escandalosa proibição da exploração da mina de potássio no município de Autazes, no Amazonas, expõe a cooperação entre instituições de Estado, como o Ministério Público e o Judiciário, na

imobilização dos recursos minerais da Amazônia. O Brasil importa 85% do potássio que usa na agricultura ao custo de bilhões de dólares que oneram nossa balança comercial e teria em Autazes condições de produzir de 2 a 4 milhões de toneladas do insumo por ano. Como a mina não estava situada em terra indígena, o Ibama negou-se a avaliar o impacto ambiental da obra afirmando que essa atribuição era do órgão ambiental do estado do Amazonas, que havia liberado o empreendimento.

O Judiciário intimou, mesmo assim, o Ibama a proceder o estudo do impacto ambiental, e o Ministério Público recorreu contra a liberação sob o argumento de que a mina ficava no entorno da terra indígena. O integrante do Ministério Público chegou a dizer que a única forma de impedir a obra era ampliar a área indígena para incluir o espaço da mina. Para maior escândalo, uma ONG passou a usar a expressão terra indígena autodeclarada, ou seja, demarcada pela ONG, à revelia da própria Funai e à margem das normas legais do País. O resultado da campanha das ONGs e da interferência do Judiciário e do Ministério Público foi a paralisação dos investimentos e a perpetuação da dependência da importação de potássio para a agricultura brasileira.

A ordem mundial em disputa entre a China e os Estados Unidos reduziu a confiança no dólar como moeda internacional e fortaleceu o ouro como reserva de valor, desejada por todos os bancos centrais do mundo. É sabido que a Amazônia dispõe de promissoras províncias de ouro em terras indígenas e unidades de conservação com proteção integral. A maior parte desse ouro é extraída ilegalmente, e ilegalmente sai da Amazônia e do Brasil, acumulando prejuízos em série para os municípios e estados que deixam de receber a Contribuição Financeira por Extração Mineral (cFEm), e para a União, privada das divisas sonogadas pelo contrabando.

O nióbio é um minério essencial nas indústrias aeronáutica, espacial, nuclear e em todas as atividades carentes de ligas resistentes a grande variação de temperatura e pressão e dotadas de supercondutividade. A Amazônia guarda grandes reservas de nióbio na região conhecida como Cabeça do Cachorro, no município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira com a Colômbia, mas estamos impedidos de acessá-las, pois se encontram dentro da unidade de conservação Parque Nacional do Pico da Neblina, de proteção integral, e de terras indígenas proibidas para a mineração.

O caso de Roraima é singular porque 70% da área do estado está bloqueada para a mineração, demarcada como terra indígena ou unidade de conservação. O paradoxo é que Roraima foi privilegiada pela natureza como uma das mais ricas províncias minerais de nossa Pátria, sem poder usufruir desses recursos em benefício de sua população.

O potencial oferecido pela fronteira mineral da Amazônia pode ser bem avaliado no único estado que rompeu parcialmente o bloqueio imposto à região por ter de certa forma se antecipado à ofensiva das ONGs e do próprio Estado brasileiro, e iniciado a atividade mineral ainda na década de 1970: o estado do Pará. Em 2021, o saldo comercial mineral do Pará foi de US\$ 49 bilhões,

enquanto todo o saldo da balança comercial brasileira foi de US\$ 61 bilhões, e o estado liderou as exportações de minérios com 35% do total nacional. Apenas dois municípios, Parauapebas e Canaã dos Carajás, receberam R\$ 4,314 bilhões da Contribuição Federal sobre Mineração, aparecendo como os dois municípios brasileiros líderes nesta receita.

Há um abismo evidente entre as exportações de minério do Pará e do Amazonas, embora este também se constitua em uma grande fronteira mineral, mas deparou-se com o sistema de bloqueio já amplamente articulado quando despertou para o usufruto das riquezas naturais de seu subsolo.

O caso do Pará traduz o potencial dos recursos da Amazônia, pois o estado exporta basicamente minério de ferro. É possível imaginar o dia em que a Amazônia e o Brasil puderem dispor soberanamente de sua geografia, de seus recursos minerais e da possibilidade de processá-los na própria Amazônia, em benefício da população da região e de todo o povo brasileiro.

Organizada, regulamentada, submetida à fiscalização dos órgãos ambientais, recolhendo tributos para os municípios, os estados e a União, e exercida com responsabilidade social e ambiental, a mineração é uma viva promessa de emancipação nacional e social, possível de elevar o protagonismo e a importância do Brasil no cenário econômico e geopolítico do mundo.

A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que a demanda por minerais usados em energia limpa vai dobrar ou quadruplicar até 2040. Minerais nobres, raros, estratégicos, ou qualquer outro nome que se venha a dar a esta matéria-prima, são essenciais na fabricação de baterias (alumínio, níquel, cobre), painéis solares e turbinas eólicas (cobre). Segundo a matéria do jornal *Valor*, o Brasil é citado, no Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos, como detentor de importantes reservas mundiais de níquel, manganês e terras raras.

Mas, para o geólogo Roberto Perez Xavier, diretor-executivo da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (Adimb), “o Brasil ainda tem seu potencial mineral subdimensionado, em especial para o grupo dos minerais críticos”.

Não há dúvida de que o bloqueio imposto pela ação das ONGs financiadas do exterior e por agências do próprio Estado brasileiro desestimula o investimento sobre o inventário das riquezas minerais do País, principalmente na Amazônia. No Brasil é incerto qualquer cálculo referente ao tempo necessário para a obtenção de uma licença ambiental, mesmo para pesquisa. Ninguém se arrisca no labirinto da legislação ambiental brasileira sem a proteção de uma rede de escritórios de advocacia especializada na matéria.

Não é pequeno o desafio. Apoiado na Amazônia, o Brasil seria rico e forte; quando rico e forte, o Brasil não seria uma Suíça, uma Bélgica ou uma Holanda no mapa do mundo; o Brasil seria econômica e geopoliticamente uma nova China, e esse horizonte indesejável para a grande superpotência do norte do nosso hemisfério e seus aliados da Europa ocidental talvez explique nossas dificuldades em incorporar a Amazônia ao nosso projeto nacional de desenvolvimento e de futuro.

FINEP

Foguete de decolagem para veículo hipersônico

Extraído da *Revista O Cafezinho*

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) firmou o maior contrato de subvenção na área de defesa de sua história, totalizando R\$ 116,4 milhões, incluindo contrapartida da empresa Equipaer Indústria Aeronáutica, parte do grupo Mac Jee. O projeto, intitulado “Foguete de decolagem para veículo hipersônico (Rocket Assisted Take-Off – RA-TO-14X)”, representa o maior foguete já construído no Brasil pela indústria nacional. Com 14 metros de altura e pesando cerca de 15 toneladas, o foguete será capaz de lançar o veículo 14X a uma altitude de 30km, atingindo velocidades superiores a Mach 8 (mais de 10.000km/h).

O 14X é um veículo hipersônico que utiliza a tecnologia scramjet, dominada por poucos países, que exige velocidades extremamente altas para a ignição. A tecnologia hipersônica é estratégica por permitir que o veículo atravessasse o país em questão de minutos, sendo uma inovação de ponta com apoio da Finep.

O projeto foi submetido no âmbito da chamada “Mais Inovação – Soberania e Defesa” e está alinhado à Missão 6 da Nova Indústria Brasil, que prioriza tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais, além de ser uma prioridade estratégica para a Força Aérea Brasileira (FAB).

O arranjo do projeto conta com a participação da empresa Castro Leite Consultoria como coexecutora e três institutos de pesquisa da FAB: Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Estudos Avançados (IEAv) e Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).

Durante visita à Equipaer, o Diretor de Inovação da Finep, Elias Ramos de Souza, parabenizou a empresa pela proposta e destacou o histórico de apoio da Finep, que já conta com dois projetos de subvenção econômica em andamento no grupo.

A visita também contou com a presença do superintendente de inovação, William Rospendowski, do assessor da Diretoria de Inovação, Ronaldo Carmona, e do gerente do Departamento Operacional de São Paulo, José Henrique da Silva Pereira.



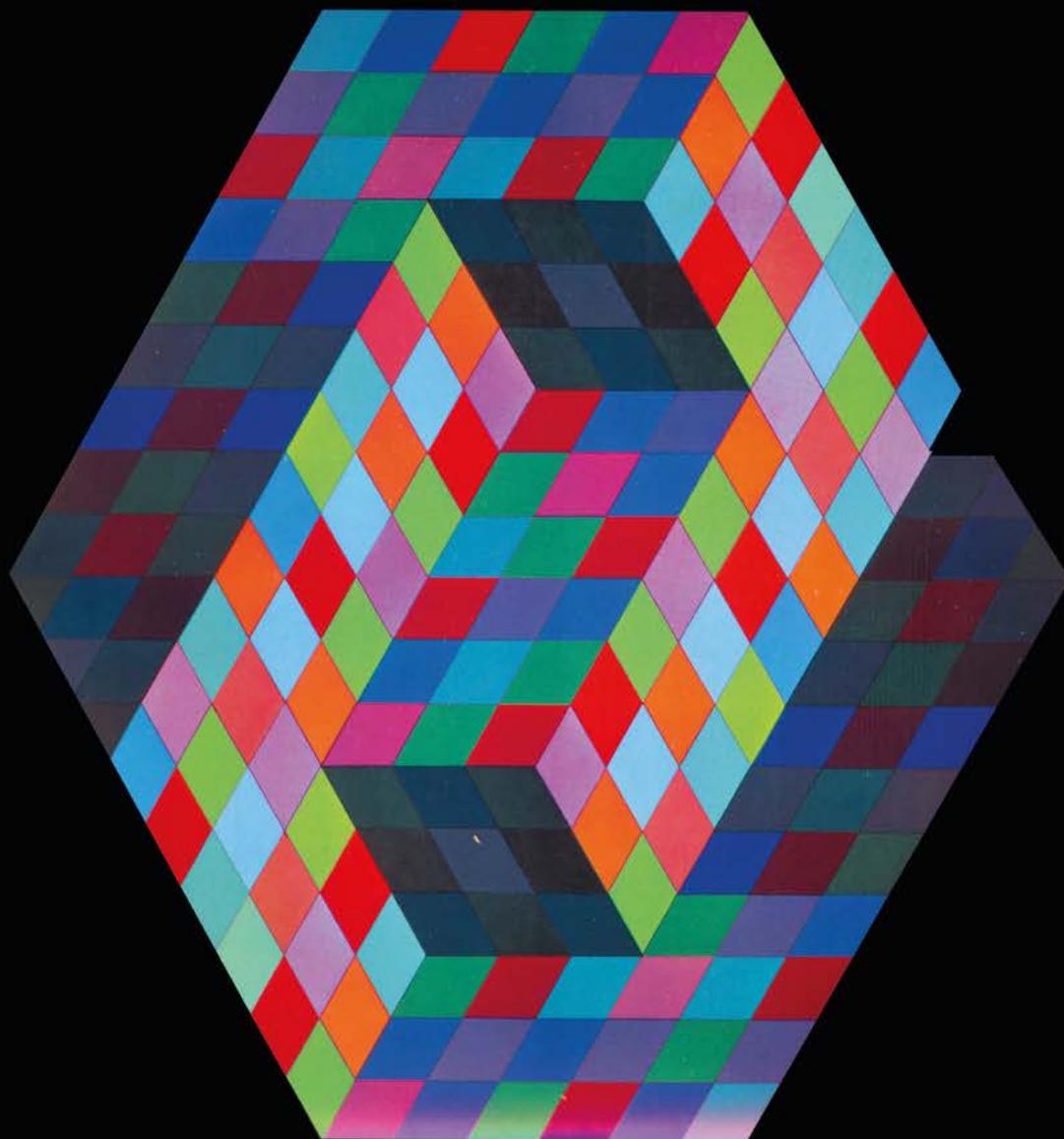
Primeiro voo do demonstrador 14-XS - Foto Divulgação

GUERRA HÍBRIDA: O confronto entre os pontos de vista ocidental e russo

Raphael Corrêa Silva

Cap de Mar e Guerra

Extraído da *Revista Marítima Brasileira*, nº 144



Estima-se que a Guerra Fria tenha terminado em 1991, com o colapso da União Soviética. A falência soviética, muito provavelmente, foi consequência da corrida armamentista implementada pelo então presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Ronald Reagan. As populações ocidentais tiveram a percepção de que o dividendo da paz seria a realocação dos recursos financeiros, gastos pela defesa, para os programas públicos. A prosperidade geral e a benevolência internacional reduziriam o risco de uma Terceira Guerra Mundial e eliminariam, inclusive, as pequenas guerras. Uma nova ordem mundial seria introduzida, sendo arbitrada de acordo com os padrões ocidentais. Contudo, uma geração menos hábil de dirigentes ocidentais empreendeu guerras neoliberais e, no momento em que invadiu o Iraque, desconsiderou as experiências da história. Os exércitos conquistadores não destroem o exército ou a infraestrutura estatal.

Os Estados Unidos, em 2003, desmantelaram o Iraque, um Estado secular que havia mantido o *balance of power* (equilíbrio de poder) entre suas comunidades, isto é, xiitas e sunitas, cristãos e judeus, abrindo uma Caixa de Pandora, comprometendo a paz advinda do fim da Guerra Fria. Os últimos 25 anos confirmaram que as mais amplas ambições políticas dos Estados com maior influência mundial (*global players*) permanecem as mesmas. Outro exemplo marcante advém do tradicional adversário norte-americano – pouco importa qual regime está no poder; em Moscou, os objetivos geopolíticos da Rússia, em longo prazo, são indelévels. Por um momento, logo depois da desintegração da União Soviética, parecia que uma nova Rússia surgiria. Todavia, a Rússia, sob o governo do Sr. Putin, manteve a mesma agenda do período da Guerra Fria, sendo ela aplicada na Crimeia, no Leste Europeu ou no Oriente Médio. Com características nacionalista, imperialista e revanchista, a aplicação da agenda russa utilizou métodos e ações belicosas que se configuram como Guerra Híbrida.

A Guerra Híbrida esteve e está presente em diversos cenários de conflitos. É a maneira que as grandes potências estão empregando “a dialética das suas vontades, por meio da força, buscando resolver seus conflitos”. Retomando o exemplo do Iraque e das regiões do Levante, pelo lado ocidental, o envio de forças militares a este teatro de operações é justificado pela percepção do comprometimento da segurança dos seus países.

O *quid pro quo* russo é a manutenção das suas forças armadas na mesma região em decorrência da presença dos exércitos ocidentais. Os dois lados defendem seus interesses. Entretanto, um terceiro elemento está presente: um elemento, convencionalmente não combatente, que potencializa os resultados das ações militares, mas que, *pari passu*, pode afetar os atores estatais proeminentes, isto é, Estados Unidos e Rússia, em seus próprios territórios, ou seja, fora da zona de operações militares. Esses aspectos caracterizam as ações híbridas que são impulsionadas pela população local do conflito. Em relação

a esse ambiente, nós nos indagaremos como a Guerra Fria tomou a forma de Guerra Híbrida.

Para apresentar este artigo, primeiramente serão abordados o conceito e as características da Guerra Híbrida. Em seguida, o ponto de vista da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no que concerne à Guerra Híbrida e à percepção russa, finalizando com uma comparação breve entre os dois pontos de vista e fazendo uma analogia com os eventos históricos para responder à questão proposta. Primeiramente, conceitua-se a Guerra Híbrida como um conflito ligado a ameaças internas ou externas de um país, em que diversos modos de hostilidade são utilizados simultaneamente: forças militares convencionais, tática de forças militares irregulares e outras atividades ilegítimas que busquem desestabilizar a situação. Um grupo de trabalho militar da Otan, *Planification Stratégique & Concept* (Planificação Estratégica e Conceito – tradução nossa), adotou, em 2010, a seguinte definição de ameaça híbrida: “a ameaça híbrida é criada por um adversário existente ou potencial, um Estado, uma organização não estatal ou terrorista, e consiste no planejamento de emprego simultâneo de métodos militares convencionais e não convencionais para atingir seus objetivos”.

Na prática, uma ameaça pode ser considerada híbrida, uma vez que se insira em múltiplas dimensões, sem desconsiderar que os adversários, ao longo da história, têm usado a criatividade ao máximo para ganhar os conflitos, notoriamente por meio da aplicação de táticas regulares e irregulares. A Guerra Híbrida utiliza métodos diversos para desestabilizar um Estado funcional e polarizar a sociedade. Diferentemente da guerra convencional, a Guerra Híbrida põe ênfase na implicação ativa da população de um Estado-alvo. Atenção particular é dada aos meios de informação e de influência psicológica, tendo como meta uma superioridade em matéria de controle de pessoal e de armas, bem como um abatimento moral e psicológico de tropas do inimigo e da população civil. De acordo com a percepção ocidental, a agressão russa contra a Ucrânia, em 2014, acentuou a importância das operações de informação em uma guerra de nova geração, isto é, híbrida. Valery Gerasimov, chefe do Estado-Maior do Exército russo, enumerou os elementos da Guerra Híbrida:

- atividades militares desencadeadas durante o período de paz (sem declaração de guerra);
- passagens de armas sem contato entre grupos móveis de combatentes de diferentes especializações;
- paralisia das capacidades militares e econômicas do adversário, após ataques direcionados de curta duração, visando à infraestrutura militar e civil de importância estratégica;
- amplo emprego de armas de alta precisão, de operações especiais, de robôs e armas baseadas nos novos princípios;
- envolvimento de pessoal civil armado;
- ataques simultâneos contra as unidades e as sedes militares do inimigo, em todo o território;
- atividades militares simultâneas na terra, no ar, no mar e no campo da informação;

- emprego de métodos assimétricos e indiretos; e
- gestão de combatentes por meio de um sistema comum de informação.

As alianças dos atores estatais e não estatais, que configuram o aspecto híbrido, aplicam habilidades convencionais, irregulares, terroristas e criminosas. Essas habilidades incluem a guerra cibernética e a utilização hábil das mídias para divulgar informações convenientes, como *fake news* (notícias falsas), entre outras.

A Rússia do Presidente Putin revelou-se especialista em Guerra Híbrida, por exemplo, ao tomar o controle da Crimeia com a utilização de tropas sem identificação e sem distintivos. Tratou-se de um tipo de guerra apresentada como uma aliança entre guerra convencional e não convencional, guerra regular e não regular, guerra da informação e guerra cibernética. A Rússia manifesta-se por seu direito de conduzir uma política externa independente. No entanto, ela não aceita o direito da Ucrânia de criar suas estratégias a favor de laços mais próximos com a União Europeia. A política russa a respeito da Geórgia e da Ucrânia corresponde, de fato, a uma ordem internacional concebida pela Rússia, de acordo com a qual o mundo deve ser governado pelos grandes centros geográficos de diferentes culturas (civilizações).

Em seus discursos públicos, Putin justificou a anexação da Crimeia por um desejo de salvaguardar a civilização ortodoxa e de unir não somente os territórios russos históricos, mas também o assim chamado “mundo russo”. Essa argumentação, visando justificar uma agressão militar contra um país vizinho, é contrária às normas existentes do direito internacional que preveem as situações em que a força militar pode ou não ser empregada. A justificativa russa, baseada na proteção de um grupo étnico pertencente a uma cultura, recorda a política exterior da Alemanha nazista a respeito da Tchecoslováquia às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Verificam-se três principais conclusões da proposição russa relativa à nova ordem mundial:

- demandar direito exclusivo sobre seus países vizinhos e não aceitar política exterior independente de antigas repúblicas soviéticas;
- empregar a força militar russa em países vizinhos, sob o pretexto da proteção de compatriotas residentes no estrangeiro; e
- ignorar violações do direito internacional cometidas por outros atores globais, desde que apoiem ou respeitem as ambições regionais russas.

Contudo, a percepção russa de Guerra Híbrida é extremamente similar à definição ocidental. Para os russos, o grande objetivo de cada Guerra Híbrida é dificultar os projetos de um determinado Estado, por meio da manipulação e da exploração de aspectos étnicos, religiosos, regionais, políticos etc. Os objetivos da integração eurásiana da Rússia e dos projetos da Rota da Seda

da China são os alvos da estratégia de Guerra Híbrida mundial dos Estados Unidos.

O aspecto principal é aceitar que as Guerras Híbridas são, majoritariamente, conflitos assimétricos, provocados a partir do exterior e fundamentados na sabotagem de interesses geoeconômicos.

Os russos reivindicam que as intervenções dos Estados Unidos na Síria e no Iraque são consideradas as duas primeiras ações de Guerra Híbrida deste milênio. Eles reforçam a premissa de que as Guerras Híbridas nunca são desencadeadas contra um aliado americano ou um país em que os Estados Unidos têm interesses vitais. Esta é a razão pela qual os Estados Unidos não arriscam Guerra Híbrida onde há interesses financeiros e econômicos. Destarte, nunca vão sabotar seus próprios interesses, a menos que haja vantagem em proceder à política de terra arrasada, como, por exemplo, no Iraque, por ocasião da retirada do teatro de operações.

Portanto, os elementos geoestratégicos da Guerra Híbrida são, de alguma forma, inextricáveis dos elementos geoeconômicos. Segundo os russos, o *modus operandi* americano considera que, uma vez que os Estados Unidos tenham seu alvo identificado, inicia-se uma busca das vulnerabilidades estruturais que serão exploradas na Guerra Híbrida vindoura. Contextualmente não são objetos físicos a sabotar, tais como centrais elétricas e as estradas, mas as características sociopolíticas destinadas à manipulação para ressaltar certa disparidade demográfica no tecido social existente e, então, legitimar uma revolta vindoura contra as autoridades, gerada a partir do exterior. Estas ações são muito similares às aplicadas pela Central de Inteligência Americana (CIA), no período da Guerra Fria, no Caribe e na América Central.

Para os americanos, as vulnerabilidades estruturais sociopolíticas mais comuns relacionadas com a Guerra Híbrida são: etnicidade, religião, história, limites administrativos, disparidade socioeconômica e geografia física. As Guerras Híbridas são ainda precedidas de um período de pré-condicionamento social e estrutural. O primeiro tipo trata dos aspectos de informação e do *soft power*. O segundo está ligado aos diferentes artificios que os Estados Unidos utilizam para forçar o governo-alvo a agravar, involuntariamente, as diversas diferenças sociopolíticas que foram identificadas. Destarte, o efeito desejado é que as populações estejam divididas, sendo mais sensíveis ao trabalho de enfraquecimento de organizações não governamentais politizadas. Na realidade, esses cenários lembram os conflitos que ocorreram durante a Guerra Fria. É a reedição de confrontos entre *heartland* e *rimland*. Os conflitos sucedidos no *rimland*, como Coreia, Vietnã e Afeganistão, possuem muitas similaridades com os conflitos da Síria e da Ucrânia, isto é, *rimland*, *guerrilla*, russos *versus* ocidentais. Tanto as ações militares convencionais como as ações de guerrilha estão presentes. No entanto, o que potencializa a característica híbrida e a presença de um novo aspecto no âmbito desse cenário é “o paradoxo da globalização”. Essencialmente, esse paradoxo é intimamente

ligado às tecnologias concebidas nas últimas décadas. Sob um ponto de vista geral, atualmente, ao mesmo tempo em que os países desenvolvidos podem atingir o inimigo/adversário a distância com armamentos do estado da arte, os países em desenvolvimento, por meio de atividades cibernéticas, fluxos migratórios e ações contra as rotas marítimas, apresentam ameaças assimétricas/terroristas para o território dessas mesmas potências. Desse modo, é possível inferir que a Guerra Híbrida é a Guerra Fria modernizada, em que a mesma tecnologia que incrementa a eficiência militar convencional transbordou para a sociedade civil, criando elementos hostis e belicosos que passam a fazer parte dos conflitos. Isto materializa a característica híbrida dos atuais conflitos. Entretanto, se considerarmos aspectos históricos, a partir do Tratado de Westfália, que marca a criação dos Estados modernos, é possível considerar que o exemplo mais emblemático de Guerra Híbrida é proveniente das Guerras Napoleônicas. A invasão francesa na Espanha apresentou-se, primeiramente, com combates convencionais, havendo o embate entre os exércitos franceses e espanhóis. A ruptura do Estado espanhol não significou a perda da vontade de lutar por parte dos espanhóis. O conflito perdurou, sendo empregada a estratégia da atrição por parte dos espanhóis. As ações desta estratégia eram configuradas por pequenas guerras, o que deu origem ao termo hispânico *guerrilla*, escrito desta forma em diversas literaturas estrangeiras, como

em inglês, francês etc. Nesta guerra, um quarto elemento fez parte do conflito com o desenrolar das ações: o Estado britânico. Os britânicos passaram a apoiar os elementos de guerrilha espanhóis e, por vezes, atuavam, convencionalmente, contra os franceses. Este cenário guarda uma semelhança aguda com o que ocorre atualmente na Síria. Portanto, surge uma nova questão: a concepção de Guerra Híbrida, considerando o Tratado de Westfália, as guerras napoleônicas e as semelhanças das ações nos conflitos e Guerras que se sucederam, originaram-se na Guerra da Espanha (1808-1813)?



Imagem:
Vasarely

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA E ALGUNS MOVIMENTOS INSURRECIONAIS NA SUA TRAJETÓRIA

Ives Gandra Martins

Jurista

igm@gandramartins.adv.br

Resumo: As chamadas “Guerras do Início da República Brasileira” referem-se a uma série de conflitos e movimentos de contestação que ocorreram no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, após a proclamação da República, em 1889. Estes episódios foram, em grande parte, marcados por disputas políticas ideológicas, entre diferentes facções que buscavam definir o curso político, social e econômico da recém-criada República. O Estado desempenhou um papel significativo no sufocamento desses movimentos contestatórios. Utilizando-se das Forças Armadas, o governo central empregou a repressão militar para conter as rebeliões, consolidar sua autoridade e impor sua visão republicana. Essa intervenção foi estatal, por vezes, comprovada em conflitos prolongados, mas, em última instância, contribuiu para a consolidação do poder central e a estabilização da República.

As denominadas guerras da República não foram senão movimentos voltados à definição de um perfil para a República e para a democracia brasileira, sem, todavia, terem representado verdadeiras guerras, como a da secessão nos Estados Unidos, uma autêntica guerra civil.

Foi exceção a Revolução Paulista, uma revolução que explodiu com a morte dos quatro estudantes e o envolvimento de todo o Estado a partir de 9 de julho de 1932, até outubro, mas com tal vigor que, apesar de derrotados, os paulistas conseguiram que a ditadura Vargas apoiasse a promulgação da Constituição de 1934. O certo é que as duas revoltas da Armada, o episódio dos 18 do Forte, a revolução de Izidoro, enfim, todos esses movimentos na busca de uma Federação, de uma democracia e de uma República esbarraram na história do Brasil, cuja origem portuguesa definiu o perfil de uma nação, que ainda está em luta por seu modelo político, mas cujas matriz e densidade nacionais têm origem no distante ano de 1128. Talvez tudo tenha começado pela independência de Portugal com Afonso Henriques, principiada, em 1128, na Batalha de São Mamede, quando derrotou os espanhóis; assegurada em 1140, quando expulsou os mouros de Lisboa; e reconhecida em tratado em 1143. Com pouca população e com o permanente risco de reconquista pelos espanhóis e mouros, muito mais numerosos, teve de centralizar o poder de tal maneira que, em uma Europa de senhores feudais fortes e reis fracos, inverteu a equação com os reinados fortes e os nobres submissos.

A vitória do Santo Condestável Nuno Álvares e o início da dinastia de Aviz consolidaram o reinado e deram início à aventura marítima da Escola de Sagres e da saga portuguesa de conquista dos mares, com a transformação do Atlântico Sul no Mare Nostrum dos portugueses, assim como do Oceano Índico. Nem mesmo o interregno dinástico de 1580 a 1640, que levou Felipe II a governar Espanha e Portugal, até a restauração, 80 anos depois, alterou a maneira de ser do povo e do governo lusitana, que, desde Marfim Afonso de Souza e Tomé de Souza, das capitanias hereditárias até a independência, manteve o território lusitano na América uno e indivisível, ao ponto de D. João VI, escapando às invasões napoleônicas à Península Ibérica, vir para o Brasil, aqui estabelecendo um Reino Unido a Algarve e Portugal em 1815, admitindo a independência brasileira com seu filho Pedro I, em 1822, após algumas escaramuças entre reinóis e brasileiros, sem maior expressão, se comparadas às guerras da independência americana ou das colônias espanholas.

O grande mérito dessa centralização foi de que, enquanto a América Espanhola restou pulverizada com a formação de inúmeras nações, a América Portuguesa continuou indivisível, gerando uma única nação continental, graças a este centralismo.

Compreende-se, pois, que o Brasil Império não foi uma Federação, mas uma nação com províncias fortemente ligadas por vínculos dinásticos, ao ponto de termos, simultaneamente, em Portugal e no Brasil, dois irmãos brasileiros reinando sobre os dois povos (Pedro II e Maria da Glória).

Ora, quando o Marechal Deodoro da Fonseca – é a versão de inúmeros historiadores – soube no dia 16 de novembro de 1889 que não derrubara o gabinete Ouro Preto, que tinha pensado derrubar na noite anterior, mas o próprio império, o Brasil entrou em sua fase republicana sem preparo maior, lembrando-se de que foi o talento de Ruy, apaixonado pela cultura inglesa e a democracia americana, que trouxe o sistema federativo para o Brasil, na Constituição de 1891, nos moldes americanos.

O grande problema diferencial, todavia, estava em que, nos Estados Unidos, a federação americana formada pelas 13 colônias rebeldes levou 11 anos para ser concebida (1776-1787), em face de dúvida de se, após a vitória sobre os ingleses, deveria formar uma nação de 13 países confederados, ou um país com 13 Estados federados.



Relevo alegórico – D. João por ocasião de sua chegada ao Brasil.

No Brasil, sempre tivemos um país unitário e centralizado em seu poder, dividido em províncias e submetidas ao Poder Central, sem maior autonomia.

Ora, a pretendida identidade entre duas estruturas políticas e culturais diferentes levou aos primeiros problemas nos dois governos militares (Deodoro e Floriano) e a um sistema federativo, de rigor dirigido por São Paulo e Minas até 1930, quando se sabia de antemão quem seria o presidente da República, independente das eleições, escolhido pelo denominado acordo “café com leite”.

O golpe de Getúlio, por seu lado, criou uma ditadura, e não uma real Federação, enunciada pela Constituição de 1934 e sepultada pela de 1937.

O golpe que derrubou Getúlio garantiu as eleições de 1945, e, conforme a Constituição de 1946, esta realmente federativa, durou pouco, com um novo tropeço do sistema em 1964, com um governo de exceção centralizador até 1985, quando a vitória de Tancredo Neves, a presidência de José Sarney e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte permitiram ao País discutir novamente, em profundidade, um modelo federativo.

O texto adiposo de 1988, com inúmeros dispositivos sem densidade constitucional, não tirou, todavia, o brilho dos direitos individuais lá colocados e do fortalecimento de uma Federação até então mais nominal, com a eleição do Município como entidade federativa.

Na ocasião, defendi em audiências públicas na Constituinte, tanto na Subcomissão do sistema tributário como na ordem econômica, presididas pelos deputados Francisco Dornelles e Delfim Netto, respectivamente, que, da tripla autonomia que os entes federativos deveriam ter, a autonomia financeira era aquela que dava estabilidade às instituições. Sem elas, as autonomias política e administrativa ficariam diminuídas.

Os constituintes, ao aumentarem a partilha, de 33% para 47% do IPI e do Imposto de Renda, os dois principais impostos da União, pretendia reduzir de 60% para 45% a participação da União no bolo tributário.

Esses desejos constituintes foram, todavia, desfeitos pela substituição pela União do 0,5% do Finsocial para os 7,6% do Cofins e o 1,65% PIS, antes de 0,65%.

O certo é que hoje continua a União com participação quase idêntica ao período pré-constituição e uma Federação mais pesada para o contribuinte, ou seja, com a inclusão de em torno de 1.700 novos municípios no concerto federativo.

Acresce-se, por fim, que a imputação da teoria da “jurisprudência constitucional” própria dos países parlamentaristas, onde não há nítida separação de poderes e os tribunais constitucionais formam uma mescla de Poder Judiciário e Legislativo, transformou o Supremo Tribunal Federal (STF), no Brasil, em parte também em um poder político a tornar complicado o desenho federativo brasileiro.

É esse o quadro que levou o país a ainda estar lutando por uma Federação real, que, ao meu ver, mais uma vez, resta enfraquecida pela reforma tributária, que transfere o núcleo real de autonomia federativa para um Conselho de 54 delegados, 27

representando os 26 Estados e o Distrito Federal, e os outros 27, os 5.569 Municípios brasileiros (!).

Sobre a implantação da República, farei, porém, rápidas referências, algumas destas escaramuças mal-sucedidas no início do modelo republicano.

A primeira revolta foi da Armada contra a presidência do Marechal Deodoro, que fechou o Congresso, em meio à grave crise econômica.

Foi liderada pelo almirante Custódio de Melo. A Armada, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, provocou a renúncia do presidente e a assunção do poder pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

A crítica dos políticos de que assumira o poder antes de dois anos do mandato, sem que se declarassem vagos os dois postos maiores de República, levou, em 1892, à segunda revolta da Armada, esta mais grave, pois opôs o Exército contra a Marinha, revoltado nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durou até 1894. Chegou a haver um choque mais forte na atual Niterói, ao ponto de ter-se transferido a capital do Estado do Rio, na ocasião, para Petrópolis, em 1894, só voltando para Niterói em 1903.

A repressão dura de Floriano aos dois movimentos da Armada mereceu-lhe a alcunha de “marechal de ferro”. A revolução de Izidoro Dias Lopes em São Paulo iniciou-se em 5 de julho de 1924, com repercussão para além da cidade, chegando ao interior e a outros Estados, mas sem força expressiva, tendo terminado em 28 de julho, com a vitória do Presidente Artur Bernardes. A defesa dos que se revoltaram foi feita, principalmente, pelos membros do Instituto dos Advogados de São Paulo perante os Tribunais.

É de se lembrar que o movimento de 1924 foi inspirado pelos veteranos do grupo da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, que, em 1922, terminou tragicamente com a morte de 16 daqueles que saíram pela praia e foram fuzilados em sua marcha. Dos dois sobreviventes, um deles foi o futuro Brigadeiro Eduardo Gomes, que viria a ser candidato à Presidência da República em 1945 e 1950.

O movimento de 1930, no qual Getúlio derrubou o Presidente Washington Luís, não permitindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, teve um componente emocional do assassinato de João Pessoa, muito embora explorado como crime político por Getúlio, foi uma desavença trágica de natureza apenas sentimental originada por um adultério.

Enfim, tais movimentos, dos quais a revolução paulista foi a única da qual se pode dizer que, embora derrotados os paulistas em campo de batalha, teve um efeito institucional válido, qual foi a de promulgação da Constituição de 1934.

Essas rápidas pinceladas sobre a razão de ser o Brasil uma nação continental, de nunca termos inteiramente conformado um modelo institucional, nada obstante os movimentos, como, por exemplo, o dos Farrroupilhas ou o da Cabanagem nos tempos do império, além de alguns dos citados na República, tem como objetivo mostrar que estamos ainda construindo um modelo federativo, mas com um longo caminho a ser trilhado pelo povo e por seus representantes.

Liberalismo, Igualdade e Equidade

Marco Maciel

Advogado

In memoriam

Igualdade é o princípio de acordo com o qual todos devem contribuir com a mesma parcela para o bem comum. Equidade é o princípio pelo qual as contribuições são repartidas de forma proporcional, e não igual. Logo, sob a ótica liberal, igualdade e equidade são princípios éticos e políticos distintos, na medida em que o último é compensatório, e não meramente regulatório.

Intelectual e estadista, falecido em 1954, Alcide De Gasperi é reconhecido como o *Reconstrutor da Pátria*, conforme epitáfio inscrito sobre sua pedra tumular na Itália. Considerado, ao lado do alemão Konrad Adenauer e do francês Robert Schuman, um dos idealizadores do projeto da União Europeia, dizia que o democrata tem ideias, e não ideologias.

Sem pretender interpretar a sentença, é provável que De Gasperi considerasse a ideologia como um dogmático sistema de ideias, uma hermética cosmovisão, mesmo porque não se pode ignorar os muitos pontos de intersecção política entre poder e ideologia. Esta, afinal, “mescla descontentamento com o que se tem e esperança com o que se quer ter” e “desenha um mundo desejável, às vezes confundindo realidade com utopia”, como observa Rodrigo Borja, ex-presidente do Equador, na sua *Enciclopédia política*.

No Brasil, desde que os partidos políticos foram alçados à condição de entes constitucionais – e fomos um dos primeiros países a fazê-lo, há 60 anos –, deles se exige, para registro, tão somente manifesto e programa. Com relação ao partido de cuja fundação participei, nascido de um movimento histórico que ensinou a transição para a democracia, caberia, preliminarmente, recordar que ser liberal, antes de um ideário ou doutrina, é uma conduta existencial, uma atitude de vida, visto que “o liberalismo não conhece verdades políticas absolutas, a liberdade de espírito é ponto fundamental e, nesse sentido, a tolerância é condição necessária”, como apontou Karl Flach, em *O futuro da liberdade*.¹

Nem toda democracia, como se sabe, é liberal, mas só é liberal um regime que seja democrático. Esse silogismo parece deixar claro considerar-se democrático qualquer sistema político que respeite o princípio da maioria, calcado em eleições livres, competitivas, que conviva com a renovação periódica dos mandatos e pratique o pluralismo. Mas também resulta inquestionável que mesmo um sistema com essas características pode não ser liberal, na medida em que o liberalismo transcende a democracia.

Isso não significa afirmar que o liberalismo tenha criado o Estado Democrático de Direito e, menos ainda, a democracia. Ajuda, porém, a explicar por que o liberalismo se aloja em pressupostos mais amplos do que a democracia. Mencione-se, a propósito, nossa própria evolução política. O Império no Brasil, desde a outorga da Constituição de 1824 até sua revogação em 1889, constituía um Estado de Direito. Havia eleições periódicas que atendiam ao princípio competitivo da época e admitia-se o pluralismo político e doutrinário, como era corrente nas principais democracias do começo do século 19. Entretanto, um sistema que convivia com a escravidão jamais poderia ser caracterizado como liberal.

O que diferencia, portanto, o liberalismo da democracia é o fundamento ético de ambos. Os valores fundamentais e permanentes da democracia são a liberdade e a diversidade, entendida a primeira como princípio sobre o qual deve fundar-se a organização política da sociedade, e a segunda, como corolário que leva necessariamente ao pluralismo. Sob o ângulo político, parece claro que esses valores podem existir em qualquer regime ou sistema democrático, sem que isso prefigure um modelo liberal, cujos fundamentos partem do pressuposto de que não existe liberdade sem igualdade, nem pluralismo ou diversidade sem equidade.

Etimologicamente, igualdade e equidade se equivalem. Contudo, a ideia de equidade difere da ideia de igualdade. O ideal da justiça liberal, de que fala John Rawls, por exemplo, é permitir que todos tenham um tratamento equitativo, o que não significa igual, mas, ao contrário, diferenciado. Igualdade é o princípio de acordo com o qual todos devem contribuir com a mesma parcela para o bem comum. Equidade é o princípio pelo qual as contribuições são repartidas de forma proporcional, e não igual. Logo, sob a ótica liberal, igualdade e equidade são princípios éticos e políticos distintos, na medida em que o último é compensatório, e não meramente regulatório.

Nessas condições, enquanto o princípio utilitário da democracia é a garantia da liberdade e a igualdade de tratamento para todos, o do liberalismo é não só a garantia da liberdade com as mesmas oportunidades, mas algo mais transcendente, que é a busca da equidade.

Por fim, é apropriado lembrar que, como na lição bíblica, o joio cresce com o trigo. Assim, não é correto associar o liberalismo com liberismo, um distorcido modo de aplicação do ideário liberal à economia; menos ainda transformá-lo em Neoliberalismo. Aliás, como afirma Vargas Llosa, na obra *O liberalismo entre dois mistérios*, “neoliberalismo equivale a dizer semi ou pseudoliberal, ou seja, um puro contrassenso”.

¹ Nem toda democracia, como se sabe, é liberal, mas só é liberal um regime que seja democrático. Isso não significa afirmar que o liberalismo criou o Estado Democrático de Direito e, menos ainda, a democracia.

CARTAS DE UM PILOTO DE CAÇA

Livro organizado por Heloisa Rocha Pires

Este livro conta a história de um deles: **Fernando Corrêa Rocha**.

Por meio das 63 cartas enviada à família, relata com sinceridade confessional a história e reproduz os pensamentos desse grande aviador, desde a aprovação nas provas para piloto militar, em maio de 1943, até alguns dias antes do retorno ao Brasil.



Itália, 24 de dezembro de 1944

Meu querido pai e querida mãe:

1944

Hoje é véspera de Natal e pela segunda vez na minha vida passo essa época longe de vocês e da pátria.

Este, porém, é o meu primeiro Natal em guerra, um Natal mais frio e quase sem alegria.

Hoje, pela manhã, quando eu me dirigia para a base, os sinos das igrejas repicavam. Porém os sons partiam de torres semidestruídas, de sinos também rachados por explosões, os quais eram tocados por sineiros também sem expressão. Então, eu imaginei que, por toda esta Europa arruinada, os sinos repicavam anunciando o Natal, com essa mesma entonação desenxabida. Apenas interessante por ser um barulho novo, diferente do ronco dos aviões e do estouro das granadas.

Já estamos em pleno inverno aqui na Itália e de há muito que a neve já cobriu as montanhas.

As encomendas que vocês mandaram já chegaram aqui, porém nós não recebemos ainda os caixotes. Só sei pela lista que chegou que têm dois embrulhos para mim, porém, não sei o que é.

Vocês não se preocupem com o frio daqui, pois tenho muito agasalho apropriado e não

preciso de mais nada. E mesmo aqui na cidade onde estou tem muita malha e meia de lã para vender. Eu tenho um bom estoque de roupas de lã que trouxe de Nova Iorque. As carapuças que pedi acho que eram a única coisa de que eu necessitava. Mesmo papel para cartas encontra-se agora. Não é bom, mas serve. Em Roma, encontra-se muita coisa ainda, apesar de tudo.

Agora estou meio longe de Roma, o que é uma pena, pois eu gostava muito de lá. Na primeira folga que eu tiver, irei agora a Florença, que é perto e muito bonita. Quanto ao negócio daquela moça, eu tenho o nome e o endereço e se alguma chance se apresentar eu me comunicarei com ela. Por sinal, outro dia eu sobrevoei o lugar onde ela mora, mas o campo de aviação lá está muito danificado e não se pode descer. Enfim, podem tranquilizar a mãe dela, pois aquele lugar já está libertado desde há muito tempo, e a guerra já está longe de lá.

Recebi nessa última semana duas cartas de tio Pio e duas de tia Mila, sendo que uma bem atrasada e outra de 23 de novembro.

As cartas de vocês demoram uma média de um mês para chegar aqui. Pelo que vocês contam as minhas vão um pouco mais rápido.

Recebi ontem uma carta de papai, outra de mamãe e uma do Rui Pereira Leite, todas datadas de depois de 20 de novembro. As cartas de Carlos também chegaram aqui. Às vezes, uma mala se extravia, daí a grande demora, mas sempre chega. Atualmente o meu grande problema é responder a minha correspondência toda. Tenho recebido bastantes cartas, o que tem me feito um bem incrível.

25 de dezembro, dia de Natal.

Hoje continuo a carta que comecei ontem, mas que não pude terminar.

Meu dia de Natal foi como um outro dia qualquer. Realizei pela manhã uma missão sobre o inimigo, e voltei bem, graças à Nossa Senhora Aparecida. Almocei ao meio-dia, troquei de roupa e fui dar uma volta pela cidade. Me aborreci logo com o frio e com a desgraça das ruas e voltei para o hotel. Bati um papo e um *cognac* enquanto esperava o jantar. Jantei, e aqui estou no meu quarto (sim, agora tenho um quarto!) escrevendo novamente a vocês.

Fiquei muito satisfeito por saber que vocês se orgulharam com as notícias aí chegadas sobre o início das nossas atividades aéreas contra os nazistas. Como eu já havia dito em cara anterior, eu tive a honra de ser um dos primeiros pilotos brasileiros a entrar em ação. Sim, isso de fato foi para mim uma grande honra. Quanto à publicidade sobre o meu “grande feito”, foi apenas devido ao fato de ser decerto a minha primeira missão. Depois dessa façanha muitas e muitas outras já aconteceram e de importância muitíssimo maior. Feitas por mim, feitas por meus colegas, porém isso são particularidades que só interessam aos nossos relatórios e a mais ninguém.

Eu antes de entrar em ação ainda sonhava com glórias e publicidade. Hoje eu vejo como tudo isso não tem o valor que

parecia ter. A única coisa que eu visto atualmente é cumprir a minha missão e nada mais. Emprego no cumprimento dela o melhor dos meus esforços e mais ainda empenho a minha própria vida. Sim, isso não se faz sem sacrifícios. Acordar às 5h da madrugada com um frio de arrancar lágrimas, entrar em um avião e enfrentar a fúria do inimigo encurralado não é uma coisa muito agradável, mesmo quando isso passa para o rol das coisas de todos os dias. E, além disso, os nomes dos companheiros que ainda ontem sentavam-se à mesa conosco e que hoje desapareceram.

Enfim, quem disse certo foi a Anne em uma de suas últimas cartas: “Alguém tem que fazer esse sacrifício...”. Alguém tem que fazer esse sacrifício para que o mundo de amanhã seja um mundo sem perseguições e tiranias. Alguém tem que fazer esse sacrifício para que nunca mais as criancinhas passem um Natal morrendo de fome e frio. E para que nunca mais os sinos repiquem sem expressão, de torres semidestruídas e sinos rachados por explosões. Para que o mundo de Cecília e de Ana Luisa¹ ainda seja um mundo com contos de fadas e com Papai Noel com barbas brancas.

E para isso “alguém tem de fazer esse sacrifício...”.

Contra um povo militarizado nós apresentamos um exército saído do povo. Assim saí eu de uma escola de Direito, assim saiu o meu vizinho de quarto de uma *drug store* americana, e aqui estamos combatendo ombro a ombro, “fazendo esse sacrifício”, para que o povo de nossas pátrias continue a ser sempre um povo livre e heterogêneo como todo povo deve ser, e não uma massa acéfala que responde unissonamente aos comandos de uma batuta fascista.

Por essa razão é que o meu único fito atualmente é cumprir a minha missão. Porque sei que, fazendo isso, quando, se Deus quiser, eu voltar à minha pátria, voltarei com glória se for possível, mas com minha honra intacta de qualquer maneira, pois cumpri o meu dever.

Papai pergunta do Prates e do Mocellin em uma de suas cartas. Sim, eles estão aqui comigo. Estão fazendo figura bonita, como era de se esperar. Os dois meninos são de valor mesmo. Ainda não tive chance de procurar pelo Roberto, irmão de Antonio Candido. Espero que ele vá passando bem, embora ache que ele esteja estranhando um pouco este inverno com neve. É muito difícil encontrar uma pessoa do Exército, pois eles são em grande número, e não estão no mesmo lugar que estamos. Perguntem direitinho qual é o regimento, o batalhão ou a seção em que ele se encontra, assim será mais fácil procurá-lo.

Bem, vou para dentro dos meus cobertores agora.

Um abraço e um milhão de felicidades a toda nossa família por este Natal e pelo ano de 1945 que chega.

A vocês dois, meu pai e minha mãe, os mesmos votos, um maior abraço e toda minha saudade. Pede a bênção o filho **Fernando**.

¹ Referência às sobrinhas, Maria Cecília, cinco anos, de Maria Elisa; Ana Luisa, três meses, de Gilda.

QUE RECORDAÇÃO... O ANO, 1959

Guy Ubirajara Meyer
Ten Cel QEM Veterano do EB
g.u.meyer@hotmail.com



A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO deixava de ser **EPSP** e passava a ser **EsPC**. Saía da Rua da Fonte, em São Paulo, para o Chapadão de Campinas.

Um bellissimo edifício, mas ainda em construção, onde os alunos ficavam acantonados, mais do que propriamente alojados.

Aos 16 anos eu estava sendo incorporado na Escola como “bicho”, designação dada, por hábito, aos alunos do primeiro ano.

Cianorte, então uma pequenina cidade paranaense, tinha sido fundada havia só seis anos, pela “**Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**”, empresa da qual seu nome deriva. Fica 80km a oeste de **Maringá**.

A cidade era nada mais do que um povoado. Todas as ruas eram de terra, e não havia energia elétrica.

Quase tudo ficava nas cercanias do cinema, que funcionava alguns dias da semana, com gerador próprio. Assim, também, o clube.

A ligação com Maringá se dava por uma terrível estrada de terra vermelha. Quando chovia, era impossível prever o tempo que se levaria para percorrê-la. Mesmo de jipe com tração total, às vezes, não se conseguia passar nos trechos mais críticos, pois os caminhões atolados bloqueavam inteiramente o caminho.

A empresa **SANBRA** (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) decidiu fundar lá uma filial, e meu pai, antigo funcionário, foi encarregado de gerenciar a construção da nova usina e colocá-la para operar.

Ele alugou uma casa de madeira, ao lado de um bosque que existia logo na entrada da cidade. Essa casa pertencia ao Sr. Antônio Lima, dono do único posto de combustíveis, que ficava a uma quadra de distância. O posto tinha um gerador, e a casa recebia luz de lá, até as 10 da noite. Um enorme conforto, em comparação com os demais moradores.

Lembro-me de uma situação interessante, causada pela inexistência de luz. Precisei de uma restauração dentária, e no consultório odontológico o “motorzinho” era tocado por pedais que o próprio dentista acionava, ao mesmo tempo em que preparava o dente para receber o amálgama (excelente demonstração profissional de coordenação motora).

Minha filha Marcia, dentista, diz que muitos profissionais da época usavam o “**motor a pedal**”, mesmo em cidades onde já existia energia elétrica. O motivo era que os equipamentos elétricos eram muito caros, e nem todos os iniciantes tinham condição financeira para comprá-los.

Durante minha estada no 1º ano da EsPC, a comunicação entre mim e a família era muito precária. As cartas que recebíamos continham notícias já de um mês antes, e telefonemas, nem pensar.

A viagem de Campinas era longa, demorada e cara, de modo que só nas férias de duas semanas, no meio do ano, eu dispus de tempo para ir ver meus pais e irmãos.

No entanto, acabei tendo a oportunidade de passar com a família uns três finais de semana no ano, graças a uma inesperada coincidência, acompanhada de bondosa cortesia.

Morava ao lado do cinema, onde tinha uma casa comercial, um senhor de quem meu pai se tornou amigo, o Sr. Carmona.

Ele tinha um filho aviador, o Primeiro Tenente Nilo Carmona, que era instrutor de voo na Escola de Aeronáutica (ficava no Campo dos Afonsos, naquela época).

O Tenente Nilo, de vez em quando, sempre em sábados pela manhã, saía do Rio e ia visitar seus pais. Com isso, aproveitava para cumprir parte de seu programa de treinamento como piloto. Já combinado comigo, nessas ocasiões ele fazia uns voos rasantes sobre a EsPC. Eu então chamava um táxi, ia até o aeroporto **Campo dos Amarais**, ali perto, e embarcava no avião **NA**, resquício histórico e efficientíssimo da Segunda Guerra Mundial (era, nessa ocasião, o avião usado pela **Esquadrilha da Fumaça**).

A viagem era uma deliciosa aventura. Ele ensinava e me deixava pilotar algumas vezes, em altitude e clima seguros.

Sempre fazíamos escala em **Londrina**, e na chegada ele aproveitava para um “show” de acrobacias sobre a cidade. Na saída, mais peripécias. A decolagem sempre começava com um *looping*, antes que tomássemos nosso rumo. E, então, dali até Cianorte, o avião era pilotado a poucos metros do solo, seguindo o relevo, desviando das árvores, espantando as vacas.

Na chegada, loucura total!

O Tenente executava, sobre a casa de seus pais e a dos meus, tudo o que ele ensinava aos cadetes da FAB, e acho que mais um pouco.

Meu pai saía de casa com meus irmãos, pegava o Sr. Carmona em casa, e disparava para o aeroporto com seu jipe. No caminho era perseguido pelo avião, recebendo voos rasantes por trás e pela frente, inclusive por entre as enormes árvores da floresta que margeava a estrada.

A aterrissagem nunca era simples, direta. Tocava o solo, arremetia, fazia uma curva fechada ascendente, e só na segunda aproximação completava a manobra.

O encontro no aeroporto era uma festa da qual as duas mães não participavam, pois ficavam rezando em seus quartos, até que aparecêssemos sãos e salvos.

Era ótimo, mas eu não estava habituado, e o enjoo era espetacular. Quando chegava à nossa casa eu ia logo para a cama, tentando me recuperar um pouco, para enfrentar tudo de novo no dia seguinte.

No domingo, lá íamos de volta. Chegávamos a Campinas pelo meio da tarde, e o Tenente Nilo prosseguia para o Rio.

Que recordação fantástica!

P.S.: Venho, há muito tempo, sem sucesso, buscando saber da vida do Tenente Nilo. Tenho esperança de obter informações, a partir da divulgação deste artigo. Não sei se terei a oportunidade de manifestar a ele de novo, já passados 65 anos, minha gratidão. Mas aqui o faço publicamente, na esperança de que ao menos algum descendente seu leia e se orgulhe de sua generosidade.

QUALIDADE E INOVAÇÃO

Mauriti Maranhão

Engenheiro

mauritimaranhao@gmail.com

Já há algum tempo, muito se falava que vivíamos em um mundo VUCA,¹ isto é, com características Voláteis, Incertas, Complexas e Ambíguas. Por óbvio, esse novo ambiente passou a exigir novas competências cognitivas e profissionais, quando ainda estamos patinando em inexplicável despreparo para um mundo cada vez mais agressivo e mais competitivo.

Diante do extraordinário avanço da tecnologia, hoje a palavra de ordem da economia mundial é **inovação**, frequentemente qualificada como “disruptiva”. No ambiente da economia disruptiva, tecnologia, produtos ou serviços são rapidamente substituídos por soluções superiores tanto em eficácia (resultados) quanto em eficiência (mais baratos).

Também, em décadas ainda recentes, a qualidade de produtos ou serviços era algo desejado e necessário, embora nem sempre existente em graus aceitáveis. Isso mudou profundamente: qualidade em tudo é hoje uma necessidade imperiosa. De outra forma, produtos ou serviços tornam-se obsoletos ou não escolhidos pelos clientes.

A tendência atual, que veio para ficar, é ainda mais diferenciadora. Exige a integração entre inovação e qualidade, uma vez que uma tecnologia não provida organicamente de grau de qualidade compatível com a aceitação dos usuários finais de produtos ou serviços torna-se inócua: o cliente simplesmente não aceita e não compra produtos ou serviços inferiores ou precários.

Em outras palavras, **desenvolvimento**, em termos gerais, implica, necessariamente, o esforço integrado de continuamente gerar produtos que sejam inovadores e organicamente providos com grau de qualidade capaz de convencer os seus usuários finais quanto à justeza do valor que pagam pelo que adquirem, em troca do dinheiro que empenham na transação considerada. Em resumo, o entendimento mais completo da competitividade implicaria a consideração conjunta de tecnologia, inovação e qualidade.

¹ VUCA – acrônimo criado no final dos anos 1980 pelo Army War College, órgão do Departamento de Defesa dos EUA, com o fim de caracterizar o mundo após o arrefecimento da Guerra Fria. O US Army War College destina-se a formar líderes de nível estratégico de exercício do poder dos EUA.

A proposta deste artigo é evidenciar a necessidade imperiosa de integrar as dimensões, ordem, qualidade e inovação na economia, como pilares da sustentabilidade,² âncora para assegurar sociedades justas e prósperas. Adicionalmente, a proposta apresenta, com um fim pedagógico, pelo menos um exemplo de evolução VUCA, o mesmo que dizer mais competitivas.

É fato reconhecido que a China, embora uma ditadura ferrenha, talvez seja a economia que melhor conduza, dentre todos os países do mundo, a sua estratégia. Veremos neste artigo que a China incorporou a mentalidade de ser uma **potência inovadora** e, perigosamente, uma potência militar. Alguns autores relatam que a China, diferentemente de todos os demais países, implementa, disciplinadamente, planos quinquenais com horizonte de 50 anos de consecução. Essa lógica milenar, fundamentada na **deterrência** e na **preempção**,³ está admiravelmente historiada no livro *Sobre a China*, de Henry Kissinger.

Essa mesma lógica parece regular o comportamento chinês no atual conflito com os EUA, cujos principais objetos são a independência de Taiwan e a competição internacional, com raízes econômica, militar e social (*soft power*).⁴

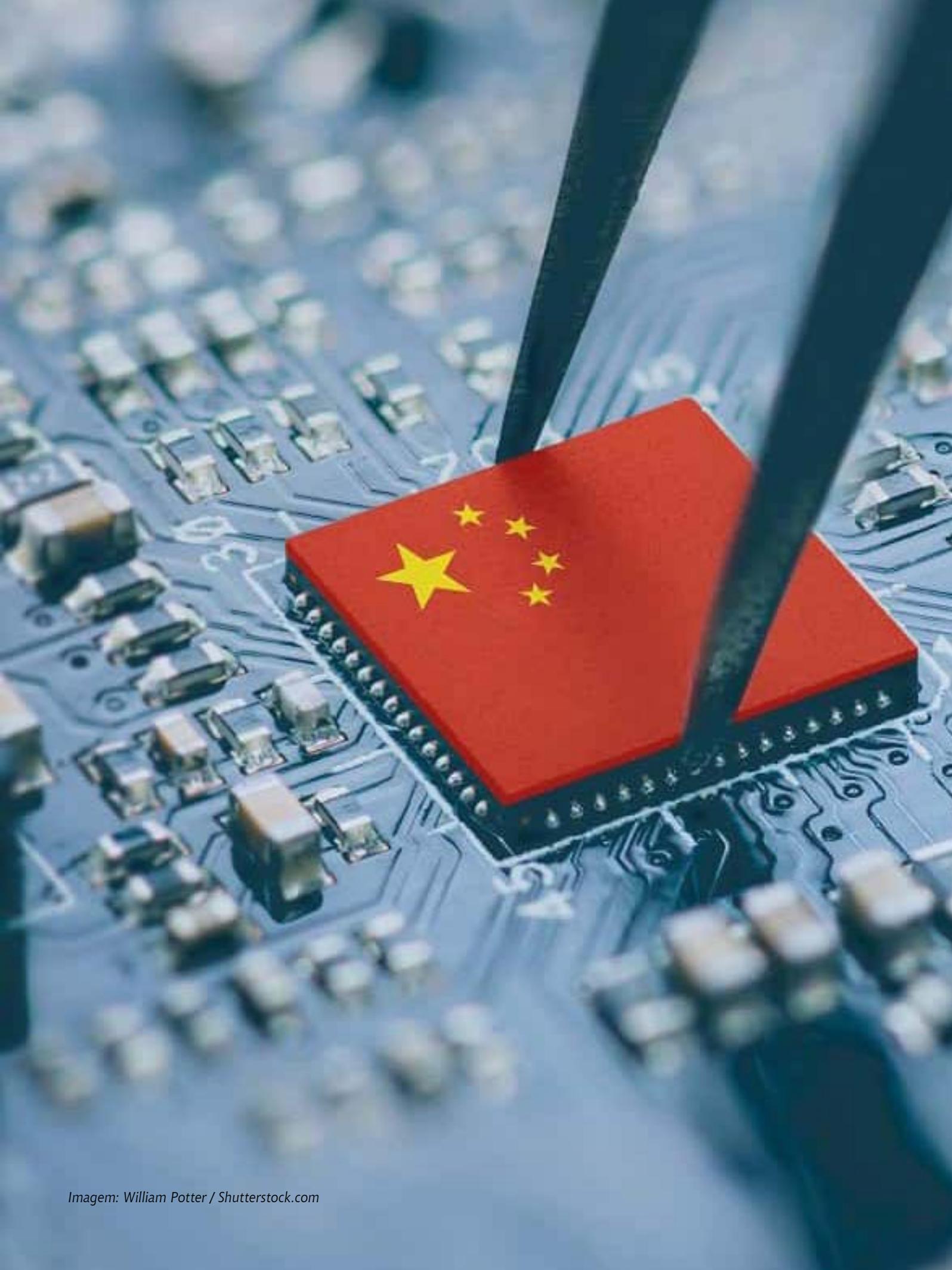
Como marco de posição estratégica, a China mostrou as suas intenções. Durante a realização do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), em outubro de 2022, foram divulgados planos e ambições de dimensões chinesas, incomparáveis com padrões ocidentais.

Nesses planos e ambições, constata-se que, junto ao rápido crescimento econômico, há exigência de qualidade de produtos

² Atualmente, a sustentabilidade é associada à gestão ESG, isto é, tal que assegure uma economia na qual os parâmetros Ecológicos (*Environmental*), Sociais (*Social*) e Governança (*Governance*) constituem os pilares da estratégia e dos processos produtivos.

³ Observar que esta é a lógica descrita no livro *A arte da guerra*, de Sun Tzu (2.500 a.C.), algo alinhada com o Confucionismo (551 a.C.).

⁴ Significa “poder de convencimento suave”. Esclarece o poder transformador que uma sociedade exerce sobre as demais, a exemplo do *soft power* dos EUA, concretizados na forma da aquisição espontânea de hábitos de uso de calças jeans, shopping centers, McDonald’s etc.



e serviços compatíveis às exigências atuais, buscando-se uma economia mais verde e mais eficiente (mais barata e, portanto, mais competitiva com produtos e serviços congêneres).

Em resumo, o país que mais cresce no mundo enxerga, com clareza, que a prioridade nacional é continuar o crescimento em ritmo alucinante (ordem de 6% ao ano), mas com base em inovação e qualidade.

A título de ilustração, penso que, até para fins de comparação com a realidade brasileira,⁵ vale a pena visitar, ainda que resumidamente, a extraordinária evolução chinesa, a partir de 1976.

Como suma histórica, é fato que a China, durante milênios, se alternou sucessivamente entre períodos de esplendor de uma dinastia e outro de sua decadência, em seguidos ciclos resumidos como “O império, há muito dividido, deve se unir; há muito unido, deve se dividir”. Esses ciclos correspondiam à sucessão de uma dinastia em queda, substituída por uma nova dinastia, que assumia o governo chinês ao derrotar a dinastia anterior.

Para se ter uma ideia da dimensão dessas guerras entre dinastias, certa vez, Mao Zedong⁶ (ou Mao Tse Tung) afirmou que, durante o período dos Três Reinos (220-280 d.C.), a população da China declinou de 50 para 10 milhões de habitantes. Por trágico que pareça, números dramáticos como esses sempre foram comuns na história da China.

No século XX, a China viveu, entre 1927 e 1949, uma longa guerra civil, tendo como oponentes Mao Zedong, líder dos comunistas, e Chiang Kai-shek, líder dos nacionalistas. A guerra civil foi decidida em 1949, quando Mao derrotou Chiang Kai-shek, obrigando-o a se exilar em Taiwan, sob a proteção dos EUA. Desde esse fato, a China faz movimentos para a integrar Taiwan à China continental. Essa reivindicação, cada vez mais ameaçadora, continua a ser implementada por Xi Jinping,⁷ compondo um dos focos do conflito entre China e EUA.

Como uma terrível sombra no horizonte, é fato que esse conflito é agravado pela disputa da hegemonia econômica e militar no mundo, evidenciando-se uma predição de Armadilha de Tucídides: quando um poder emergente ameaça destronar uma superpotência, o resultado mais provável é a guerra. Nos últimos 500 anos, terminaram em guerra 12 dos 16 casos em que um grande poder ameaçou deslocar a respectiva potência dominante. Esperemos que os políticos dessas duas potências

⁵ O Brasil, há quatro décadas, está preso à armadilha da renda média, jocosamente referida como “voos de galinhas” da economia. Atualmente a sociedade sofre pagando impostos nórdicos e recebendo, em contrapartida, serviços medíocres.

⁶ Segundo Kissinger, Mao Zedong foi um líder frio, impiedoso, assertivo, implacável em sua influência, poeta e guerreiro, profeta e opressor.

⁷ Alguns analistas defendem que o atual apoio de Xi Jinping à Rússia (historicamente inimigos viscerais) nada mais é do que a abertura de um precedente de legitimação da invasão de um país soberano (Ucrânia) por outro, para “justificar” a invasão militar de Taiwan pela China.

tenham juízo, uma vez que paira a ameaça atômica de destruição total do mundo (MAD – destruição mútua assegurada).

Mao Zedong, à frente do PCC, governou a China de 1949 até 1972 promovendo um sem número de sangrentas e contraditórias reformas, pereceram dezenas de milhões de chineses. Com a morte de Mao, o poder, sempre eivado de grandes turbulências, ficou nas mãos de Hua Guofeng até 1979. Desde a Grande Marcha⁸ (1934-1935), Deng Xiaoping se insinuava no poder, mas sofreu dois expurgos (“limpeza”) que quase o liquidaram e atingiram severamente a sua família. Finalmente, em 1979, após a morte de Hua Guofeng, Deng Xiaoping assumiu o poder.

Corajosamente,⁹ Deng Xiaoping iniciou uma grande reforma, resumida aos seguintes termos: “os bens de consumo tinham de ter prioridade sobre a indústria pesada, a engenhosidade dos agricultores chineses precisava ser liberada, o PCC devia se mostrar menos intrusivo e o governo tinha de ser descentralizado”. Como nunca acontecera antes, Deng Xiaoping assumiu publicamente que a China era um país pobre, condição historicamente renegada por Mao Zedong, e que necessitava obter tecnologia, especialização e capital estrangeiros para remediar suas deficiências. Em 1976, ano da morte de Mao Zedong, a China detinha não mais do que 1,6% do comércio dos EUA com Taiwan, que já se colocava como uma potência industrializada, e com Singapura, Coreia do Sul e Hong Kong constituíam os “Quatro tigres asiáticos”.

O desafio de Deng era como transformar uma população sem ensino, isolada e ainda grandemente empobrecida em uma força de trabalho capaz de assumir um papel produtivo¹⁰ na economia mundial e de suportar as ocasionais tensões.¹¹

⁸ Episódio da Revolução Comunista da China, iniciada em 1934, na qual 100 mil combatentes do Exército Vermelho, liderados por Mao Zedong e Zhou Enlai, se insurgiram contra o então governante, Chiang Kai-shek, empreendendo uma marcha de 10.000km em condições extremamente difíceis. Fadiga, doenças e combates ceifaram 80% dos combatentes que iniciaram a caminhada.

⁹ De acordo com o confuso, incerto e volátil ambiente político, Deng Xiaoping tinha de manter todos os créditos a pensamento de Mao Zedong, sempre ecoando as “Quatro Modernizações” de Mao Zedong, na realidade de Zhou Enlai (Chanceler de Mao): agricultura; indústria; defesa nacional; e ciência e tecnologia. O ambiente político era sempre tenso e ambíguo. A China vivia uma década de furiosas milícias de jovens ainda herdeiros da terrível Revolução Cultural levada a cabo por Mao Zedong, que causou vários milhões de mortos. A família de Deng chegou a ser seriamente ameaçada.

¹⁰ Os bens que eram necessários não eram produzidos, e os bens que eram produzidos não eram necessários.

¹¹ Historicamente a China mantinha relações tensas e conflituosas com Rússia, Japão, Coreia do Norte, Vietnã e Índia, além das tensões com as potências ocidentais, especialmente os EUA que dominaram a China no século XIX. Durante esse domínio, lamentavelmente, a Guerra do Ópio, fomentada particularmente pela política inglesa, tem histórico vergonhoso.

Deng Xiaoping tinha visão de que equilibrava os seus princípios revolucionários com ordem e busca pela prosperidade, mas desprezando os valores ocidentais, embora reconhecendo valor da tecnologia e das inovações econômicas do ocidente. Em 1978, Deng trombeteou duas frases ousadas para o contexto chinês,¹² que marcavam o seu pensamento reformador: “como emancipar nossas mentes, usar nossas cabeças, buscar a verdade nos fatos e nos unir na procura do futuro” e “o mérito deveria substituir a correção ideológica”.

A reforma iniciada por Deng Xiaoping foi continuada, e por vezes revigorada, mas sempre alinhadamente à estratégia chinesa de longo prazo. Destaca-se que o poder sempre se mantinha algo obscuro, característico das autocracias e, em especial da ditadura chinesa. Entre 1993 e 2002, tudo indicava que o poder estivesse sob Jiang Zemin, que em 2002 foi substituído por Ju Jintao, que permaneceu até 2013. Desde então, Xi Jinping, apoiado por Ju Jintao, assumiu o poder, que tem sido progressivamente se tornado mais e mais autocrático.

Aos olhos de muitos especialistas do Vale do Silício (fortemente fundamentada em meritocracia), hoje a China (fundamentada na hierarquia) é uma superpotência inovadora, mas sempre mantendo resistência em abrir-se ao mundo. É uma economia gerida pelo governo que, além de investir diretamente, provê benefícios tendentes a direcionar os caminhos da nova economia.

O empresariado chinês olha com afincamento as diretrizes do governo e as segue, sempre baseados nos planos quinquenais, mais gerais, e nos planos do governo específicos para os diferentes setores da economia. (Ricardo Geromel – *O poder da China*).

Em 2008, o governo chinês lançou o ambicioso e bem-sucedido “Plano Mil Talentos”. Esse plano conseguiu recrutar mais de sete mil pesquisadores e cientistas estrangeiros e chineses residentes no exterior, incentivando-os a viver na China. Os assinantes desse programa recebem inúmeros benefícios: salários

¹² Nessa época, o ambiente político vigente era extremamente incerto, ambíguo e fluido, ainda impregnado pelo pensamento retrógrado da ideologia de Mao Zedong.

acima da média; bônus de cerca de 500 mil reais; oportunidade para se candidatar a receber fundos milionários destinados a financiar suas pesquisas; e ainda distinção de ser reconhecido como “Especialista Nacional Distinto”. No livro *O poder da China*, Ricardo Geromel relata:

O espírito empreendedor vai além do mundo dos negócios. O empreendedorismo mudou o partido e o país. Esse espírito não se manifesta apenas no governo. Está também nos desejos e nas decisões de pessoas comuns.

Enquanto no ocidente as pessoas ficam com receio de que as máquinas e inovações possam ameaçar seus estabelecidos empregos, a norma na China é tentar usar inovações para ganhar renda extra. Várias pessoas que conheço fazem bicos e/ou têm mais de um emprego, muitos deles relacionados com inovação.

O premier Li Keqiang, um dos políticos mais poderosos do país, destacou o poder do “empreendedorismo em massa e inovação” e deixa claro que esses dois itens são as peças fundamentais da atual estratégia nacional da China.

Em seu discurso no Congresso Nacional Popular, o premier Li mencionou a palavra “inovação” 59 vezes e “empreendedorismo” 22 vezes. Outras frases populares como “internet plus”, “economia de compartilhamento”, “big data” e “internet of things” também apareceram diversas vezes. O 13º e mais recente Plano Quinquenal destaca inovação e produtividade como os principais motores do crescimento da nação. O governo decidiu que a China deve ser uma potência inovadora.

A China era um país essencialmente agrário; em 1976, 80% da população vivia no campo. Atualmente, a China tem cerca de 1,4 bilhão de pessoas, 20% da população mundial, com cerca de 80% (cerca de 1,1 bilhão de pessoas) vivendo nas grandes regiões costeiras. É um canteiro de obras, muitas delas simplesmente extraordinárias, incluindo pesados investimentos para levar o desenvolvimento para o interior.¹³

Cresce em torno de 6% ao ano, explicado em três dimensões: escala (números chineses, isto é, monumentais), velocidade (transformações vertiginosas) e governo. Este é onipresente, atuando como a “mão invisível do mercado”,¹⁴ é o centro

¹³ Além da necessidade de buscar evoluir da renda média, o investimento em obras de infraestrutura no interior se explica pelos interesses geopolíticos para assegurar o poder em regiões de etnias que almejam autonomia (p. ex.: Tibete, os uígures de Xinjiang etc.) ou são países fronteiriços (p. ex.: Quirguistão).

¹⁴ Expressão cunhada por Adam Smith, que pode ser explicada pela expressão “egoísmo de uns para benefícios de muitos” ou “vícios privados, benefícios públicos”.



de todas as grandes decisões, e conduz uma estratégia férrea e longeva.

É notável constatar que, em 1980, mais de 88% da população da China vivia abaixo da linha de extrema pobreza. Em apenas 20 anos, 800 milhões de chineses evoluíram para outro patamar, adquirindo condições típicas de classe média, a exemplo de ter acesso à internet e bens de consumo, poder viajar etc. E continuam progredindo a velocidades surpreendentes.

Por exemplo, a infraestrutura da China já instalada ou em acelerada construção nas regiões mais populosas, especialmente na costa do Pacífico, é surpreendente, contando com notáveis obras de engenharia. A China hoje tem a segunda malha ferroviária do mundo e possui cerca de 40.000km de trens de alta velocidade, que andam a até 350km/h.¹⁵ Tudo facilitado por leis e poder autoritário (com o poder de deslocar arbitrariamente milhares de pessoas de um lugar para outro) e mão de obra ainda barata.

Todavia, enquanto a costa da China é rica (vocacionada para a exportação), o interior é agrário e pobre, o que limita a ascensão da China à condição de país rico. Atualmente o PIB da China é de US\$ 17 trilhões (o PIB dos EUA é de US\$ 23 trilhões), resultando em PIB *per capita* de US\$ 12.556. Por consequência, a China se enquadra na categoria de “renda média”, à semelhança do Brasil, que tem PIB de US\$ 9,9 trilhões, com PIB *per capita* de US\$ 11.875, ligeiramente inferior ao da China.

Em face de ser uma ditadura implacável, a China enfrentará muita dificuldade para solucionar a pobreza do interior do país, que aflige algo em torno de 600 milhões de pessoas. Enquanto o desenvolvimento da costa (sede dos portos marítimos) foi facilitado pela estratégia de país exportador, as dificuldades para desenvolver o interior do país serão muito maiores, uma vez que exigirá aumento do consumo interno, o que requer aumento do poder aquisitivo do povo do interior, muito inferior ao correspondente poder aquisitivo dos habitantes da costa.

Antes de encerrar este resumo sobre a evolução chinesa, vale a pena ressaltar que, de acordo com Ricardo Geromel, na China “ideias não são importantes; a execução é”, o que retrata o espírito essencialmente pragmático do atual pensamento vigente na gestão dos negócios. Adicionalmente, ainda segundo Geromel, “diferentemente do Vale do Silício, de Israel e de outros polos de inovação pelo mundo, a maioria dos chineses quer fazer negócios e não apenas trocar conhecimento”, mais uma vez consolidando a “pressa” chinesa.

Após esse notável exemplo de transformação, retornemos ao Brasil. As imensas dificuldades que assolam a realidade brasileira, especialmente a desigualdade, que provoca baixo padrão de renda, trazem imenso sofrimento à imensa maioria mais pobre

da população e desesperança para todos. Diante do que a China fez e faz, certamente estamos atrasadíssimos e, ainda, correndo o sério risco de nos atrasarmos mais e mais, a cada oportunidade perdida (e somos doutores em perder oportunidades). Urge sairmos dessa armadilha.

Anteriormente, escrevi sobre a relação entre qualidade e ordem. Por óbvio, o grau de ordem vigente na China, uma ditadura, é muito grande, impondo, em tese, qualidade de produtos e serviços. Em contrapartida, no Brasil, a situação de desordem é patente, a começar pela desordem institucional, o que, também em tese, dificulta tanto na obtenção espontânea de qualidade em produtos e serviços quanto no ordenamento urbano, na segurança e em todas as demais áreas da economia brasileira. A desordem vigente é um câncer que corrói a nação.

Assim é que, recentemente, o jornal *O Globo*, na edição de 04/03/2023, publicou matéria, assinada por José Luiz Alquéres, intitulada “A morte e a vida das grandes cidades brasileiras”,¹⁶ na qual afirma:

Em sua concessão, o índice de perdas e furtos (da Light no Rio de Janeiro)¹⁷ atinge 60%. *Índices absurdos também existem na evasão de IPTU, na ocupação de áreas ilegais, em edifícios irregulares, na proliferação de áreas ilegais, na proliferação de camelôs e no comércio ilegal e em muitas manifestações da informalidade,*¹⁸ que desmoralizam o Estado e as instituições da sociedade civil...

A classe política tem demonstrado sua incapacidade de reverter a situação, concentrada na defesa de seus interesses próprios e paroquiais, quando não representante direta desses grupos criminosos.

Ora, que empresa conseguiria sobreviver com índices de perdas dessa ordem, quando margens de rentabilidade de 10% são raras? Especificamente, condições lamentáveis como essas explicam o esvaziamento do Rio de Janeiro. A consequência visível da desordem vigente é a degradação em todos os aspectos da vida da cidade do Rio de Janeiro. Embora de extraordinária beleza, a desordem, provoca vários efeitos danosos, especialmente a falta de segurança. Esse quadro desestimula o turismo, uma excelente fonte de recursos, criando um círculo vicioso de desordem e pobreza.

¹⁵ Destaca-se que, comparativamente, a Europa tem apenas 11.000km com trens de alta velocidade que trafegam a pouco mais de 200km/h. E, mais surpreendente, os EUA têm apenas uma linha de trem de alta velocidade, que conecta Washington, D.C. e Boston com velocidade máxima de 240km/h e média de 110km/h.

¹⁶ A doença da desordem também está presente em cidades de países desenvolvidos, como vimos na invasão do Capitólio (EUA) e, em Paris, por conta de protestos contra a Reforma da Previdência.

¹⁷ Concessionária de energia do Rio de Janeiro desde 1905.

¹⁸ Alquéres entende que a raiz da desordem vigente é a informalidade, estabelecendo como suas causas: a) a rigidez das leis trabalhistas; b) a burocracia; c) a corrupção. José Luiz Alquéres é conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

Mas é fato que não é somente no Rio de Janeiro que a desordem provoca graves danos à sociedade. Como já afirmado anteriormente, lamentavelmente a desordem parece ser nacional e institucional. De norte a sul, de leste a oeste, presenciamos desordem em todos os aspectos da vida, estigmatizada pelo “jeitinho”, que concretiza a absoluta incapacidade de a sociedade seguir regras, de respeitar as leis estabelecidas, muitas delas já eivadas de terríveis vícios que “legitimam” privilégios e patrimonialismo.

Do que foi exposto, conclui-se que temos uma árdua tríade de dimensões a endereçar: **qualidade, ordem e inovação**. Essas dimensões são, ou deveriam ser, orgânicas, isto é, partes harmônicas e interconexas do mesmo conjunto de esforços.

Por onde começar?

O fato é que, sem um grau mínimo de ordem, continuaremos sendo incapazes de desenvolvimento na velocidade requerida no contexto mundial. Pelo contrário, corremos o risco de regredir.

Como disse Alquéres, a causa maior das nossas dificuldades reside na incapacidade da classe política, incrustada como craca no poder. Ora, pelo menos os cargos eletivos são escolhidos pelo povo em eleições livres. Por que o povo escolhe tal mal? Porque estamos presos a **sistemas eleitoral e partidários** viciados, que somente podem ser melhorados pelos políticos.

Aí reside o nó: a maioria dominante de nossos políticos são incompetentes para iniciar a transformação, coniventes com o *status quo* ou ainda corruptos para não transformar, tudo contribuindo para perpetuar a situação atual de desordem.

Nós, cidadãos que tiveram a oportunidade de instrução, somos uma pequena parte da sociedade com capacidade intelectual de compreender a situação e capazes de organização social. Nós, da Academia Brasileira de Qualidade – ABQ, por Missão, estamos focados na disseminação da qualidade, da produtividade e da inovação, parâmetros que compõem os pilares da sustentabilidade. Todavia, de pouco adiantarão os nossos esforços, caso o país siga o atual, mantenha o rumo da desordem, em última análise fomentada pela nossa deplorável classe política.

Tradicionalmente, a ABQ tem se mantido distante da política, atendo-se exclusivamente às questões eminentemente técnicas pertinentes à qualidade. Todavia, é fato que é somente pela política que se torna possível concretizar transformações nas sociedades. Desse modo, a proposta é que a ABQ inicie atuação também na política, observado sempre se pautar pela política **apartidária**. Esta atuação deve se limitar, exclusivamente, à promoção de melhorias institucionais na qualidade, na produtividade e na inovação, sempre em prol de uma sociedade melhor e mais justa.

Cumpra-nos, pois, endereçarmos nossos esforços para pressionar a classe política, de modo a aprimorar os nossos sistemas eleitoral (considerado a mãe de todas as reformas) e partidário. E todos sabemos, os políticos somente enxergam com clareza um limite: o risco de não se eleger/reeleger.

Penso que vale a pena lembrar a pressão popular que existia sobre os políticos enquanto o Rio de Janeiro foi a Capital Federal. No Rio, até 1962, os políticos ficavam diretamente expostos aos humores da população, embora tivéssemos uma democracia com severas limitações sociais. Mas, pelo menos do Rio de Janeiro de que me lembro como criança, existia mais ordem urbana. Com a transferência da Capital para Brasília, perdemos a capacidade de fazer pressão sobre os políticos. É inquestionável que, desde então, houve notável e progressiva piora da qualidade dos políticos, ficando visível que “cada Congresso é pior do que o anterior”. As lideranças se evaporaram. Hoje é difícil apontar candidatos a estadistas em nosso *establishment*.

Como conclusão, penso que é mais atual do que nunca lembrar Benjamin Disraeli: “O momento exige que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas.”

Cumpra à ABQ, como parte da sociedade organizada, encontrar caminhos e implementar ações para retomar a pressão sobre a classe política. Não podemos nos omitir; é hora de começar.

Referências Bibliográficas

- GEROMEL, Ricardo. *O poder da China*. São Paulo: Editora Gente, 2019.
- Jornal O Globo*. Edição de 04/03/2023. Rio de Janeiro.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.





TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA NOS CONFLITOS MODERNOS

Hugo Moura

Cel Av

Nos diversos teatros de operações do planeta, aquilo que era vislumbrado como futuro está cada vez mais presente no nosso dia a dia. Aplicações reais de drones e a presença cada vez mais constante da IA aparecem a olhos vistos.

Esses sistemas, fruto da convergência tecnológica de várias tecnologias, estão cumprindo todo tipo de missões, desde reconhecimento até as mais radicais, de ataques diretos a blindados e pessoal, permitindo uma chocante eliminação do inimigo com eficácia devastadora. Estamos assistindo uma corrida avassaladora para essas tecnologias, e o número de fornecedores se amplia cada vez mais.

É a já chamada **Guerra dos Algoritmos...**

O que mais surpreende não é a presença da inovação, sendo estimulada pelas guerras, mas a velocidade com que as coisas estão acontecendo... e o efeito que estão causando. Ou seja, o que estará determinando o curso das guerras, no futuro, não será mais o número de meios disponíveis (tanques, navios, aviões ou soldados), mas, sim, o poder desses sistemas e de seus aplicativos.

A grande pergunta que surge é: **quanto estamos preparados para esse ambiente?**

E, diante da resposta honesta e transparente, provavelmente veremos que estamos muito longe do desejável e investindo muito menos do que seria necessário. Não vemos o mesmo comportamento nos outros países mais avançados e que estão dando o tom da geopolítica mundial.

Para podermos alcançar minimamente os países mais avançados, precisamos urgentemente rever nossas prioridades em relação à estrutura de formação e capacitação tecnológica das Forças Armadas, bem como promover um forte estímulo ao parque industrial de defesa, mediante programas dedicados e uma política industrial de defesa atualizada e atuante. Já tivemos histórias de sucesso no passado, com a capacitação de pessoas (criação do ITA), domínio de novas tecnologias (criação do DCTA e seus Institutos) e criação de uma indústria aeronáutica pujante e hoje orgulho nacional (criação da Embraer). Ou seja, a receita é conhecida e só precisa ser atualizada e replicada com as prioridades que todos conhecemos.

Os atuais formuladores de políticas, ausentes dessa discussão, podem não gostar da ideia e da profundidade dessa revisão sistêmica. Mas as novas tecnologias, os seus robôs e a IA vieram para ficar. Quem não se mobilizar ficará para trás e criará brechas de vulnerabilidades graves com potenciais enormes prejuízos para sua soberania e sobrevivência.

MUDAR ou DESAPARECER

A guerra é dinâmica por natureza, e os meios utilizados para impor a nossa vontade ao inimigo estão mudando em velocidades espantosas. Dentre todos os fatores envolvidos, o que mais tem impacto é o desenvolvimento tecnológico. Temos testemunhado

isso na história do mundo, e não faltam exemplos para ilustrar esse conceito. Do arco e flecha às metralhadoras, muitas foram as invenções que mudaram a característica das guerras... Nem precisamos nos reportar à invenção da pólvora no século IX d.C., que levou ao uso de explosivos e armas de fogo, e tudo o mais que hoje conhecemos como artefatos e sistemas de combate atuais.

O desempenho das forças de defesa depende diretamente de quão bem elas se adaptam e adotam as inovações tecnológicas.

Para responder a isso, os países têm de desenvolver e implementar seu **poder de inovação**. Ou seja, **a capacidade de inventar, adaptar e adotar novas tecnologias mais rápido do que os oponentes**.

Na maior parte das vezes, sempre é difícil prever quais inovações moldarão o futuro das próximas batalhas, mas as previsões são mais fáceis de fazer hoje. Os drones são onipresentes, e os robôs estão cada vez mais em uso... todas as guerras atuais demonstram isso. O futuro nos mostrará cada vez mais a integração total da IA em todos os aspectos do planejamento e da execução militar, começando pela simulação das diferentes abordagens táticas e operacionais milhares de vezes, que vai impactar enormemente nos tempos de reação das forças. Já temos notícias da criação de “Comandos de IA” que têm autoridade suprema em jogos de guerra virtuais em larga escala. Muitas lições estão sendo aprendidas, e muitos países, ainda dormindo no berço esplêndido das tecnologias do passado (recente), estão ficando para trás...

A automação da guerra é essencial inclusive para poupar e para salvar vidas dos civis nas regiões onde ocorrem guerras urbanas, como temos visto recentemente no Oriente Médio.

Uma das grandes vantagens dos sistemas não tripulados é que eles são muito mais baratos e, portanto, muito mais acessíveis a todos. Essa acessibilidade pode permitir que os estados enviem verdadeiros enxames de drones – alguns projetados para vigiar, outros para atacar – sem se preocupar com atrito. Esses enxames sobrecarregam os sistemas de defesa aérea atuais com uma relação de custo-benefício muito compensadora, já que drones de poucas centenas ou milhares de reais podem abater blindados que custam vários milhões. Mesmo quando os sistemas de defesa prevalecem, o custo de defesa contra enxames ultrapassará em muito o custo do ataque para o inimigo. Hoje podemos ver pela TV ataques em massa de drones e mísseis que custam 10 vezes menos do que o valor das defesas aéreas que eles atacam.

PRECISAMOS ACORDAR

Ninguém está totalmente preparado para guerras futuras, e nenhum país começou a produzir o *hardware* necessário para armas robóticas em escala, nem criou o *software* necessário para alimentar totalmente armas automatizadas. Mas alguns países estão mais avançados do que outros. Quando se trata de IA, os Estados Unidos, ao lado da China, ainda lideram os

esforços de pesquisa e desenvolvimento e têm os sistemas de mais alta qualidade.

Eu me lembro de ter lido há muitos anos um livro do Sir John Hackett que dizia: “O maior desperdício para um País é uma Força Armada de segunda categoria... porque ela não serve para nada!”

Para evitar se tornarem inúteis, as Forças Armadas precisam iniciar grandes reformas... começando por simplificar e tornar mais eficazes seus processos de aquisição, dando à indústria nacional de defesa a atenção e a prioridade que ela merece.

Para se adaptar a esse futuro, no entanto, países precisarão fazer mais do que simplesmente reformar a maneira como desenvolvem e implementam sua defesa. Eles também devem mudar as estruturas organizacionais e os sistemas de capacitação e treinamento das pessoas... não só dos soldados, mas também de todos que participam do processo de pesquisa e desenvolvimento das tecnologias de interesse.

Nesse sentido minha visão prospectiva se apoia na concepção e implementação de um **Centro de Desenvolvimento de Tecnologias de Defesa – CDTD**, sob a liderança de uma Empresa Âncora, em um Parque Tecnológico relevante (minha sugestão é o Parque de Inovação Tecnológica – PIT de São José dos Campos – SP), que permita a criação daquele ambiente de capacitação que já referenciamos antes, espelhado na história de sucesso da Embraer.

Esse Centro, apoiado conjuntamente pelas Forças Armadas, congregaria de forma otimizada todos os esforços e meios (instalações e laboratórios) de desenvolvimento aplicado das tecnologias estratégicas que venham a atender a todos os requisitos mencionados anteriormente neste artigo.

Duas condições são, a meu ver, essenciais para o sucesso desse empreendimento:

- Haver um programa nacional de desenvolvimento de tecnologias de defesa, lastreado em uma política industrial de defesa atualizada, que possa prover os planos de carga mínimos para formar e manter os recursos humanos especializados nas diversas áreas de interesse (IA, robótica, computação quântica, cyberdefesa, SW, materiais, propulsão espacial e outras).
- Que as Forças Armadas entendam que seu papel primordial nesse processo será o de **especificar, acompanhar o desenvolvimento na Indústria, homologar e receber** os produtos que ela produzir. Não cabe às Forças Armadas tentar produzir esse esforço nos seus centros de tecnologia, sob o risco de pulverizar recursos que são poucos com baixa eficácia e baixo TRL (Nível de Prontidão Tecnológica), já que não cabe a elas serem as fabricantes dos produtos em escala industrial.

Muito mais poderíamos incluir nesta reflexão, mas fugiríamos ao aspecto informativo e motivacional que nos levou a produzir o presente trabalho.

Se conseguirmos apenas sensibilizar as autoridades constituídas para a importância destas reflexões, teremos recompensadas todas as nossas expectativas e apreensões com esse tema de vital importância para o País.

FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NA FAB UMA NECESSIDADE/VISÃO FILOSÓFICA

Cel Int Ubirajara da Silva Ramos
Cel Av Luiz Fernando Póvoas da Silva

Filosofia vai além daquilo que É para propor o que poderia SER

O objetivo deste artigo, que faz parte do PENSAMENTO AERONÁUTICO, um projeto ambicioso, extensão do Pensamento Brasileiro, promovido pelo Clube de Aeronáutica do Rio de Janeiro, e capitaneado pelo Cel Av R Araken, seu Diretor Cultural, visa apresentar e discutir conceitos e teorias filosóficas sobre a política e o emprego do poder aeroespacial (PAepc) brasileiro, no pensar a guerra aérea atual com uma visão filosófica, o pensamento aeronáutico. Foram levantadas questões do problema, que envolvem o emprego do PAepc brasileiro, privilegiando o emprego de **forças de operações especiais Ar** em conflitos de baixa e média intensidades (*peace keeping e peace enforcement*) em um contexto de soberania externa, sem excluir a possibilidade de se envolver na manutenção da soberania interna. Sua fundamentação está baseada na teoria do poder aéreo (Douhet, Boyd, Warden II, Murillo Santos...) e nos estrategistas militares do ocidente (Clausewitz, Vegetius, Maquiavel...). Passeia sobre as ciências políticas como a geopolítica, as relações internacionais e os estudos estratégicos.

Situação Atual das Forças Armadas – FA Brasileira

Na pesquisa realizada junto ao Comando da Aeronáutica, não existe a oficialização de unidade de forças de operações especiais¹ na Força Aérea Brasileira.

O esquadrão aeroterrestre de salvamento – PARASAR, dentre as suas atribuições, tem a de cumprir as missões especiais SAR, que lhe forem designadas, sendo que essas missões especiais são de caráter geral, porém dentro da capacidade operacional do PARASAR.

A sigla SAR (*Search and Rescue*) significa busca, salvamento e resgate, sendo que a busca é a localização de aeronave acidentada, inclusive em área remota e de difícil acesso, e o atendimento e o salvamento de pessoas envolvidas no acidente. O resgate é a retirada de equipagens de combate amigáveis acidentados, ou abatidas, em área de conflito, e requer um engajamento armado, sendo denominado COMBATE SAR.

Ao longo dos seus 61 anos de existência, o PARASAR já formou em torno de 205 pastores (designação dos seus componentes operacionais), que cumpriram inúmeras missões, em várias partes do Brasil, como inúmeros salvamentos de vítimas de acidentes aeronáuticos, contenção de atos de sequestro de aeronaves, bem como ações contraguerrilha.

Nas Forças Armadas, somente o Exército Brasileiro (EB) tem missão atribuída às forças de operações especiais.

O Comando de Operações Especiais (COpEsp) é uma unidade do Exército Brasileiro sediada em Goiânia e subordinada ao Comando Militar do Planalto e ao Comando de Operações Terrestres. É uma tropa de elite adaptada à guerrilha e ao contraterrorismo e integra a Força de Ação Rápida Estratégica, podendo reagir a ameaças convencionais e não convencionais. Suas duas unidades operacionais são o 1º Batalhão de Forças Especiais e o 1º Batalhão de Comandos. De seus componentes, somente o Centro de Instrução de Operações Especiais, em Niterói, está fora de Goiânia. A 3ª Companhia de Forças Especiais, em Manaus, é subordinada ao Comando Militar da Amazônia.

¹ Forças de Operações Especiais (Op Esp) podem ser também chamadas de Forças Especiais.



Esses componentes, às vezes, operam em conjunto com outras forças especiais das FA ou das polícias, mas não há um comando conjunto permanentemente ativado.²

A Marinha do Brasil mantém fuzileiros navais treinados como Força de Pronta Atuação, cerca de 15 mil homens – todos voluntários e concursados –, sendo sua principal unidade o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais, cuja missão é garantir a projeção do poder naval em terra, por meio de desembarques realizados em conjunto com navios e efetivos da Marinha. A Marinha também possui um grupo de elite de forças especiais, especializado em retomar navios e instalações navais, o Grupamento de Mergulhadores de Combate; tal unidade é usada especialmente para proteger as plataformas petrolíferas brasileiras ao longo de sua costa.³

Cenários existentes (vulnerabilidades e ameaças)

É importante notar que vivemos cenários complexos, voláteis (VUCA/BANI)⁴ e de grandes transformações de guerra híbrida em ambiente multidomínio, envolvendo acontecimentos geopolíticos atuais, sejam eles civis ou militares, que exigem um momento de reflexão filosófica, pois dificultam o papel de coalisões administrativas fortes com lideranças militares acostumadas em ambiente limitado de hierarquia e disciplina (Kotter, 2013 *apud* Cesar). Esse poderia ser o caso da FAB, em suma, das FA Brasileiras.

Vive-se, ainda, uma mudança de era e não uma era de mudanças, segundo Karnal (2021), e a caracterização do que seja o mundo na atualidade, quando na passagem de VUCA para BANI, descreve o paradigma que a sociedade atual vive.

A Guerra Híbrida é uma guerra de desinformação e inteligência (*deception* – *maskirovka*), com uma enxurrada de ataques contra a economia, as civis, as estruturas governamentais e o sistema de crenças religiosas. Um ataque lento, mas implacável e inevitável sem o conhecimento do inimigo de que ele está sendo atacado.

Com baixo custo e de fácil montagem, um drone pode carregar material Químico, Biológico, Radioativo ou Nuclear (QBRN) suficiente para um ataque significativo às tropas inimigas. Portanto, os líderes militares precisam ser capazes de ir além da doutrina estabelecida. Com certeza, pode ser necessário adaptar-se, rapidamente, frente a um inimigo difícil de combater, e, até mesmo, de definir.

Outrossim, destaca-se que a Guerra Híbrida pode ser composta por forças regulares, irregulares e/ou criminosos atuando de forma sinérgica – *proxies*.⁵

Crimes como o contrabando de drogas, armas e lavagem de dinheiro financiam as forças híbridas. Algumas milícias combinam táticas militares convencionais com táticas de guerrilha e terrorismo, dificultando a atuação do Estado, que deve obediência aos dispositivos legais. O combate a atores não estatais, que não estão sujeitos às regras e às leis, exige das forças armadas a capacidade de adaptação e, em alguns casos, até recomenda contrariar os manuais e as doutrinas em vigor.

Outro fator complicador, na atualidade, é a Guerra da Informação. Incapazes de fazerem frente a um exército convencional, atores não estatais deturpam e manipulam as informações para induzirem as Forças Armadas ao erro e, assim, obterem o apoio e o controle da população. O combate é desleal (Davis Junior, 2013 *apud* Cesar).

Em especial, no Brasil, faz parte do cenário de ameaças o narcotráfico, onde o cultivo atingiu níveis recordes. O Brasil, ainda que não produza as folhas de coca em bruto, importa de produtores da Bolívia, do Peru, da Colômbia e da Venezuela ou outros países de trânsito, como o Paraguai. Esses países estão diretamente envolvidos com organizações criminosas do Brasil, constituindo cartéis exportadores de cocaína para a África Ocidental e a Europa. Possuem milhares de membros e aliados, com influência nos cinco continentes, sendo ligados a atores importantes do crime internacional, como a máfia italiana e as redes criminosas mexicanas, colombianas, russas e africanas.

Algumas dessas organizações afastaram-se das vendas no mercado interno e se concentraram no mercado de exportação, como organização multinacional, atividade muito mais lucrativa.

Essas organizações criminosas ligadas ao narcotráfico poderiam ser combatidas de uma forma mais eficaz pelas instituições do Estado, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a própria Polícia Federal, pois geram insegurança jurídica e pessoal na população das cidades brasileiras, atingindo, assim, a cidadania e a soberania interna.

Sendo assim, e utilizando como metodologia científica o método exploratório hipotético dedutivo, este artigo permite que sejam levantadas e analisadas questões do problema no referente à criação de forças de operações especiais Ar, na FAB, bem como a idealização de uma política e uma estratégia de seu emprego operacional sem correr naturalmente o risco da obrigatoriedade de propor qualquer tipo de solução, muito pelo contrário.

A situação atual da FAB seria preocupante, pois, no referente ao emprego de Forças de Operações Especiais, são forças normais que cumprem indevidamente missões de forças de operações especiais sem serem, quando a situação exige como

² Consultado em Wikipedia.com.br, em setembro de 2024.

³ Consultado em Wikipedia.com.br, em setembro 2024.

⁴ Acrônimo mundo VUCA – volatilidade (*volatility*), incerteza (*uncertainty*), complexidade (*complexity*) e ambiguidade (*ambiguity*); acrônimo mundo atual BANI – frágil (*brittle*), ansioso (*anxious*), não linear (*nonlinear*) e incompreensível (*incomprehensible*).

⁵ *Proxies* (*proxy*) são forças compostas de soldados de aluguel para cumprir missões específicas ou não – mercenários russos na Ucrânia, por exemplo. A considerada mais letal seria a WAGNER.

ações contra o narcotráfico em comunidades na cidade do Rio de Janeiro, com exceção da Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (EAS) existente na Unidade SAR da força (2/10 GAV), ligada a busca, resgate e salvamento – chamada de PARASAR.

A possível força de operações especiais Ar da FAB poderia cumprir que tipo de missões?

* Operações singulares – de interesse exclusivo da FAB, sem exigir grandes perdas de tempo com plano de operações e outras exigências, pois não caracterizaria uma operação conjunta, sendo os meios pertencentes e operados pela própria força, seria uma força de ação rápida com atuação no território nacional ou nas fronteiras contra ilícitos transnacionais e, mesmo no exterior, para resgate de equipagens ou militares em ações geopolíticas etc.

* Operações comunitárias junto a organismos mundiais – missões *peace keeping* e *peace enforcement*, em conflitos de baixa ou média intensidade, cumprindo operações singulares ou conjuntas com outras forças estrangeiras ou nacionais, mas que demandaria tempo e um plano de operações mais detalhado, bem como o estabelecimento de um comando único.

Existem diversos exemplos de forças especiais com atuação em outras forças aéreas no mundo, como a francesa, a Força Especial Ar⁶ de ação rápida que opera com a NATO (NRF – *Nato Reponse Force*), com sua estrutura organizacional e operacional ligada à Força Aérea Francesa.

⁶ *Brigade de Forces Spéciales Air*. Acesso em setembro de 2024. *L'Armée de l'Air et de l'Espace*.

O que poderia ser uma estrutura operacional/organizacional para abrigar uma unidade de forças de operações especiais na FAB?

Essa força de operações especiais poderia ser constituída de um batalhão ou companhia de operações especiais (comando de Brig/Cel INF Op Esp) que estaria subordinada a um comando operacional. Tomando como base outros países, esse comando assemelha-se ao que poderia ser um Comando de Transporte Aéreo e Operações Especiais. Na sua concepção, ele abrigaria, além de um esquadrão de transporte aéreo (KC 390), um esquadrão de H60 Black Hawk armado para operações especiais – Op Esp e um Batalhão de Op Esp, dando assim total independência à FAB para cumprir missões Op Esp com acionamento imediato, tanto no território nacional como no exterior. Importante que essas unidades convivam na mesma base.

No que diz respeito a formação e treinamento dos militares, oficiais de operações especiais na FAB, poderia ser uma atividade realizada na AFA. No lugar dos oficiais INF, seriam oficiais INF Op Esp, e o treinamento poderia contemplar os cursos existentes na Marinha do Brasil, no EB, incluindo o de guerra na selva, bem como de outras instituições similares em outros países.

Analisando esses cenários, tanto o da Guerra Híbrida como o do narcotráfico/narcoterrorismo, poder-se-ia deduzir que somente tropas de forças de operações especiais, convenientemente lideradas, treinadas, armadas e equipadas, contando com os meios aéreos necessários de pronta resposta estariam capacitadas a fazerem face a essas ameaças geopolíticas do entorno do território nacional, como o narcoterrorismo.

Entretanto, este trabalho não se esgota em si mesmo, inclusive por não ser abrangente.



Um H60 Black Hawk embarcando em um KC 390 Millennium da FAB.

A FAMÍLIA AERONÁUTICA

Cel Av Mauro Flávio Gomes Berto

Para falar da família aeronáutica, primeiro, temos de escrever sobre nossas famílias, avós, pais, mães, filhos e netos.

Recentemente, lendo o livro *Não desista dos seus sonhos*, de Hernandez Dias Lopes, foi que caiu a minha ficha. Ainda muito jovem, com muitos sonhos em perspectiva e as dificuldades de um morador de uma cidade do interior, era quase impossível realizar muitos sonhos, ou imaginar ser como o piloto que passou rasante, em um T-6, sobre minha casa em Caxambu.

Mas, para não desistir dos meus sonhos, foi que tentei pela segunda vez, e consegui, entrar para a EPCAR. Daí, até a diplomação como oficial, todos conhecem a caminhada: alegrias,

decepções, muitas batalhas e várias vitórias, e, o principal: a formação do caráter.

Ser um piloto da Força Aérea! Um belo sonho alcançado!

Mas a trajetória da vida continuava! Foram muitas as surpresas e alegrias, e outro sonho se tornou realidade: encontrei a esposa, Maria Suely, com quem sempre sonhara! A companheira e amiga que se juntou a mim na caminhada. Uma bênção! E juntos construímos nossa linda família! Depois de 55 anos de matrimônio, vividos com muito amor e cumplicidade, temos hoje dois filhos, uma filha, duas noras, um genro e quatro netos maravilhosos e muito amados!

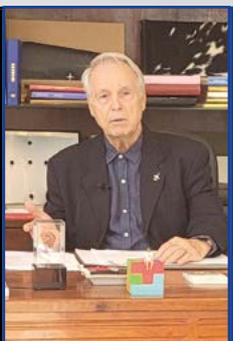
Isso é o que chamamos de felicidade!



Nota do editor: Cel Av Berto aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar em 1962 (62-92) e aspirante na Escola de Aeronáutica em 31 de maio de 1968 (Afonso). Turma Agora Vai.



Documentário do Pensamento Brasileiro e Aeronáutico



Araken

Pensamento Brasileiro
e Filosofia Política



**Frederico
Bergamo**

Cultura Brasileira



**Fernando
Bícudo**

Arte Brasileira



**Osvaldo
Albuquerque**

Pensadores
Brasileiros



**Ricardo
Vélez**

Valores e Tradições
lusu-brasileiras



**Marco Aurélio
Mendes**

Pensamento
Aeronáutico



**Flávio
Kauffmann**

Liderança



YouTube

@pensamentobrasileiro

